

A transgeracionalidade da violência conjugal na percepção de mulheres brasileiras

Luiza Pereira Côrtes

BRASÍLIA

Dezembro, 2024

LUIZA PEREIRA CÔRTEZ

A transgeracionalidade da violência conjugal na percepção de mulheres brasileiras

Monografia apresentada à Faculdade de
Psicologia do Centro Universitário de Brasília
– CEUB como requisito parcial à conclusão
do curso de Psicologia. Área de concentração:
Psicologia Clínica.

Professora Orientadora: Me. Aurea Chagas
Cerqueira

BRASÍLIA

Dezembro, 2024

Folha de Avaliação

A transgeracionalidade da violência conjugal na percepção de mulheres brasileiras

Luiza Pereira Côrtes

Banca Examinadora:

Profa. Me. Aurea Chagas Cerqueira – CEUB

Orientadora

Profa. Dra. Flávia Bascunan Timm – CEUB

Examinadora

Profa. Me. Izabella Rodrigues Melo – CEUB

Examinadora

Brasília, DF

Dezembro de 2024

Resumo

A violência conjugal é um problema complexo e multifacetado, cuja ocorrência e manutenção se associam a uma multiplicidade de fatores. Utilizando a psicanálise como referencial teórico, o presente estudo buscou olhar para além dos fatores externos associados a esse fenômeno, considerando que o mesmo pode apresentar um caráter inconsciente que se perpetua ao longo das gerações. Teve como objetivo a investigação da percepção de mulheres acerca dos aspectos relacionados à transgeracionalidade na vivência de contexto de violência conjugal. Partindo de um enfoque metodológico qualitativo, foram realizadas entrevistas individuais semiestruturadas com 3 mulheres, de faixa etária entre 25 e 45 anos, residentes do Distrito Federal, que estavam vivenciando ou tivessem vivenciado, nos últimos 2 anos, violência em seus relacionamentos conjugais. Os resultados, discutidos com base na metodologia de Análise de Conteúdo (Bardin, 1977), mostraram que as participantes percebem a repetição da violência conjugal em suas histórias familiares, com a transmissão transgeracional de traumas e segredos que contribuem para a continuidade desse ciclo e dificultam a transformação e a singularização das heranças psíquicas familiares, embora sintam muita dificuldade de sair desse ciclo devido a fatores como medo, vergonha, dependência financeira, falta de rede de apoio e complexidade do processo de elaboração.

Palavras-chave: Transgeracionalidade; Psicanálise; Violência Conjugal; Mulheres.

Abstract

Conjugal violence is a complex and multifaceted issue, whose occurrence and persistence are associated with a multiplicity of factors. Using psychoanalysis as a theoretical framework, the present study sought to look beyond the external factors linked to this phenomenon, considering that it may have an unconscious character that perpetuates across generations.

The study aimed to investigate women's perceptions of aspects related to transgenerationality in the experience of conjugal violence. Based on a qualitative methodological approach, individual semi-structured interviews were conducted with three women aged between 25 and 45 years, residing in the Federal District, who were experiencing or had experienced, in the last two years, violence in their marital relationships. The results, discussed based on Bardin's Content Analysis methodology (1977), revealed that the participants perceive the repetition of conjugal violence in their family histories, with the transgenerational transmission of traumas and secrets that contribute to the continuity of this cycle and hinder the transformation and singularization of family psychic legacies. However, they find it very difficult to break this cycle due to factors such as fear, shame, financial dependence, lack of a support network, and the complexity of the elaboration process.

Keywords: Transgenerationality; Psychoanalysis; Conjugal Violence; Women.

Agradecimentos

Freud certa vez afirmou “*como fica forte uma pessoa que está segura de ser amada*”. É graças ao amor que recebi ao longo dessa trajetória que tive força para enfrentar o desafio de cursar duas faculdades simultaneamente e nunca desistir do meu sonho de ser psicóloga.

À minha família, minha fonte de amor inesgotável. Cada uma das minhas conquistas tem um pouco de vocês, obrigada por serem os meus maiores incentivadores em cada passo que dou. Ao meu namorado, João, que acompanhou cada etapa desse processo, sempre interessado em ouvir o que eu tinha para compartilhar e comemorando todas as conquistas.

Tive o grande prazer de conhecer tantas pessoas especiais ao longo desses 5 anos de graduação, que me marcaram de diversas maneiras. Em especial, agradeço ao Fred, à Giullia, à Hannah, à Isabella, ao Lucca, à Mafe, à Milena e à Sarah, que compartilharam comigo tantos momentos de troca, apoio e aprendizado. E não posso deixar de mencionar minhas amigas do peito, Amanda, Ciça, Carol, Isabela, Julia, Marina, Roberta, Sara e Yasmin, que estão comigo desde o ensino médio, sempre apoiando meu sonho de cursar Psicologia.

Agradeço imensamente à minha orientadora, Aurea Cerqueira, por todos os ensinamentos e pelo apoio constante. Seu cuidado e dedicação foram fundamentais para a realização deste trabalho. Agradeço também à minha parecerista, professora Flávia Timm, que tanto me ensinou sobre feminilidade e violência de gênero, motivando o meu interesse por essa área tão importante da Psicologia Social. Aos tantos outros professores que contribuíram de maneira significativa para a minha formação e que, com seu entusiasmo e sabedoria, me fizeram me apaixonar ainda mais pela psicologia.

Por fim, agradeço muito às minhas participantes. Obrigada por confiarem em mim, por compartilharem suas histórias e por contribuírem de maneira tão rica para o desenvolvimento deste estudo. Este trabalho é, em última análise, por vocês e para vocês.

Sumário

Resumo	5
Abstract	5
Introdução	8
Capítulo 1 – Fundamentação teórica	13
1.1 A constituição psíquica da mulher e o desenvolvimento da feminilidade	13
1.2 A escolha amorosa da mulher e a constituição do vínculo conjugal violento	21
1.3 Transgeracionalidade	27
Capítulo 2 – Metodologia.....	30
2.1 Participantes	31
2.2 Instrumentos	32
2.3 Procedimentos	33
Capítulo 3 – Resultados e discussão	35
Considerações finais.....	59
Referências.....	63
Anexos.....	66
Anexo 1: Termo de Aceite Institucional e de Infraestrutura	66
Anexo 2: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE	68
Anexo 3: Parecer Consubstanciado do CEP-CEUB	72
Apêndice 1: Roteiro de entrevista semiestruturada.....	77

Introdução

Este trabalho surge particularmente em função do contato da pesquisadora com mulheres que sofrem violência conjugal, onde foi possível observar que existem famílias que possuem suas histórias permeadas por esse tipo de violência. Tal encontro, despertou o interesse da autora em compreender os aspectos de transgeracionalidade que podem influenciar esses contextos e impactar as vivências relacionais de diversas gerações de mulheres.

Entende-se que é de extrema importância olhar para o fenômeno da violência contra as mulheres, pois este ainda é gritante no Brasil, mesmo considerando os avanços já conquistados pelos movimentos feministas. De acordo com o Atlas da Violência de 2023 (IPEA, 2023), em 2022, 30% das brasileiras sofreram algum tipo de violência ou agressão e na última década mais de 49 mil mulheres foram assassinadas no país, sendo que mais de 30% dos assassinatos ocorreram dentro de casa.

Conforme Santos e Moré (2011), a violência física perpetrada pelo marido, companheiro ou outro familiar, mais do que por um desconhecido, é considerada um dos principais tipos de agressão cometida contra a mulher. Becker Tridapalli e Bolze (2021) destacam que grande parte dos homicídios de mulheres são cometidos pelo cônjuge do sexo masculino. À vista disso, com o intuito de adentrar em um campo mais específico dos tipos de violência, a ênfase desta pesquisa recairá sobre a violência cometida entre parceiros íntimos, também denominada de violência conjugal (Becker, Tridapalli & Bolze, 2021).

Nota-se que a violência cometida nos relacionamentos amorosos tem recebido diferentes nomenclaturas. Este estudo optou por utilizar o termo “violência conjugal” por concebê-la enquanto uma violência cometida no contexto de uma relação amorosa e sexual, independentemente de ser uma relação duradoura ou legalizada (Brum, 2021).

A violência conjugal é considerada um problema complexo em virtude das diversas possibilidades de expressão nas relações, das múltiplas variáveis que se associam à sua ocorrência e manutenção, bem como da sua alta prevalência (Brum, 2021). Conforme Becker, Tridapalli e Bolze (2021), esse tipo de violência estruturou-se sob a invisibilidade social, ao longo da história brasileira, por ser naturalizada, já que as agressões ocorridas entre parceiros íntimos eram compreendidas como de domínio privado e intimidade do casal.

É a partir dos movimentos feministas e da criação de legislações que coíbem a violência contra as mulheres, como a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006), que a violência conjugal passa a ser reconhecida como problema social (Becker, Tridapalli & Bolze, 2021). Conforme a referida lei, essa violência pode se manifestar por meio de atos de violência física, psicológica, sexual, moral e patrimonial.

No Brasil, nota-se uma preocupação crescente em proteger as mulheres vítimas de violência, a partir de iniciativas e dispositivos legais, como a já citada Lei 11.340/2006, o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Em 2020, também entrou em vigor a Lei 13.931/2019, que estabelece a notificação compulsória dos casos de violência contra a mulher atendida em serviços de saúde.

Entretanto, é importante considerar a existência de uma subnotificação de casos de violência conjugal, o que provoca uma dificuldade de compreensão da magnitude da violência nos relacionamentos amorosos, de modo que os dados estatísticos não representam amplamente a realidade. Tal fato ocorre devido ao sentimento de exposição e vergonha da mulher de admitir a ocorrência de violência pelo parceiro, além do medo de que este cometa um ato violento mais grave, do medo de ficar sozinha e de aspectos socioeconômicos (Becker, Tridapalli & Bolze, 2021; Santos & Moré, 2011).

Os estudos consideram que existem diversos fatores que podem funcionar como geradores e mantenedores de uma submissão da mulher à violência do parceiro, como fatores sociais, culturais, emocionais, familiares, cognitivos e comportamentais (Sant'Anna & Penso, 2017). A psicanálise promove um olhar também para os aspectos psíquicos e inconscientes que podem influenciar nessa submissão, a partir da reflexão sobre as questões que envolvem uma escolha amorosa, buscando entender os motivos que levam à escolha de determinado sujeito para a constituição do vínculo amoroso (Dias & Neves, 2014).

Em seus estudos, como nos Três ensaios sobre a Teoria da Sexualidade (1905) e em Feminilidade (1933), Freud demonstra a importância da família, mais precisamente dos pais, na constituição psíquica e na construção da subjetividade dos indivíduos, promovendo as bases para a Psicanálise Vincular, que será abordada no presente estudo.

Essa vertente da psicanálise entende que um dos fatores que podem influenciar na escolha do cônjuge e, conseqüentemente, na inserção da mulher em relacionamentos conjugais violentos é a transgeracionalidade (Freitas, 2019). Também conhecida como transmissão psíquica transgeracional, esta considera a transmissão, entre as diversas gerações de uma família, de um material psíquico inconsciente, que detém os aspectos traumáticos, patológicos e sintomáticos, que envolvem os caracteres de violência, de alienação e o não dito, e são transmitidos sem que haja uma elaboração ou simbolização, reproduzindo os processos de repetição para as gerações seguintes (Gomes & Zanetti, 2009; Rehbein & Chatelard, 2013).

Assim, os sujeitos irão formar uma nova família a partir de padrões de organização, que definem papéis e regras, derivados das suas origens, o que pode promover uma repetição, nessa nova constituição familiar, das circunstâncias ocorridas nas gerações anteriores, como da violência conjugal (Freitas, 2019; Padilha & Barbieri, 2020). Nota-se, então, a existência de uma hipótese de que a violência conjugal pode apresentar um aspecto que se perpetua ao

longo das gerações, devido ao seu caráter traumático e de difícil simbolização, elementos esses que despertaram o interesse da pesquisadora para a realização do presente trabalho.

Diante desse contexto, esta pesquisa visou responder ao seguinte problema: como as mulheres brasileiras vivenciam a violência conjugal, e de que forma essa vivência se reproduz, influenciada por aspectos transgeracionais de suas gerações anteriores?

O objetivo geral da pesquisa foi o de investigar a percepção dessas mulheres sobre os aspectos de transgeracionalidade associados à violência conjugal. Em termos específicos, buscou-se explorar a percepção das mulheres sobre a violência em seu histórico familiar, identificar influências familiares, culturais e sociais que contribuem para a perpetuação da violência, compreender como ocorre essa transmissão entre gerações e conhecer as estratégias de enfrentamento adotadas pelas mulheres.

A justificativa para esta pesquisa reside no entendimento de que o diálogo entre os fatores de transgeracionalidade e da violência conjugal mostra-se importante para que se amplie a compreensão do fenômeno da violência contra as mulheres em relacionamentos amorosos e, mais especificamente, das questões que envolvem a transmissão da violência conjugal entre diversas gerações.

Durante o levantamento bibliográfico para a realização do presente estudo, notou-se uma quantidade escassa, na psicanálise, de pesquisas que busquem estudar essa relação, o que sugere que novos estudos são oportunos e necessários para que essa temática seja melhor discutida e melhor analisada.

De acordo com José & dos Santos (2021), o diálogo entre os campos da psicanálise e da violência contra mulheres é importante, uma vez que se trata de um fenômeno complexo, que não se esgota em si mesmo e sempre necessita de explicações. Considerando que a psicanálise, desde suas origens, concebe os sujeitos inseridos no laço social, a técnica

psicanalítica não impede o comprometimento com os aspectos sociais ao olhar para fenômenos como o da violência contra as mulheres.

No âmbito clínico, a intersecção da psicanálise com estudos sobre a violência contra as mulheres, aponta para uma necessidade de se apurar e sensibilizar a escuta clínica para questões relacionadas aos fenômenos sociais, uma vez que uma mulher em situação de violência necessita de um atendimento único, singular, atento e adequado (José & dos Santos, 2021).

Ao abordar os fatores transgeracionais da violência conjugal, os resultados desta pesquisa podem contribuir para o desenvolvimento de práticas terapêuticas e políticas públicas que acolham as mulheres em sua complexidade subjetiva, promovendo não apenas o atendimento clínico mais qualificado, mas também a possibilidade de interrupção desse ciclo. Em vista disso, este estudo poderá auxiliar no aprimoramento da prática clínica em Psicologia, sensibilizando profissionais para uma escuta que considere tanto os aspectos sociais quanto os psíquicos envolvidos no atendimento às mulheres vítimas de violência.

Capítulo 1

Fundamentação teórica

1.1 A constituição psíquica da mulher e o desenvolvimento da feminilidade

Para analisar a percepção de mulheres acerca dos fenômenos que permeiam os seus relacionamentos amorosos, é necessário primeiramente entender o modo como essas se constituem psiquicamente, bem como as questões que envolvem a feminilidade.

Conforme a psicanálise, o complexo de Édipo possui um papel essencial na constituição do sujeito, sendo esse o evento psíquico central da vida humana. O complexo de Édipo é entendido como o universal que organiza a sexualidade, desse modo, nota-se que o desenvolvimento sexual está na base dos processos psíquicos dos indivíduos, sendo que a sexualidade infantil promove a estruturação e organização psíquica da fase adulta (Silva & Brigido, 2016; Souza, 2022).

Como descreve Bonfim (2011), Freud indica que o ser humano não nasce homem ou mulher, mas sim se torna, ascendendo a um posicionamento subjetivo feminino ou masculino, a partir do complexo de Édipo e da castração. O autor apresenta as bases essenciais da sua concepção sobre feminilidade nos Três ensaios sobre a Teoria da Sexualidade, publicado em 1905, a partir da exposição sobre o modo como ocorre o desenvolvimento da sexualidade na infância, apontando que até a puberdade há a existência de um monismo sexual nos dois sexos (Silva & Folberg, 2008).

No mencionado texto, Freud considera que o desenvolvimento sexual não se inicia apenas na puberdade, mas sim muito antes, na infância, entendendo que este ocorre a partir de fases que vão culminar na vida sexual adulta. Inicialmente, a atividade sexual do indivíduo está diretamente apoiada à nutrição, o que é suscitado a partir da amamentação, onde os lábios da criança comportam-se como uma zona erógena e a estimulação pelo fluxo de leite

origina uma sensação de prazer; assim, Freud denomina essa fase como fase oral. Nessa fase ainda não são diferenciadas correntes opostas como o masculino e o feminino.

A fase seguinte é descrita por Freud (1905) como a fase sádico-anal, onde já se constituiu a divisão em opostos que perpassa a vida sexual, porém estes ainda não são reconhecidos como masculino e feminino, mas sim como ativo e passivo. Isso porque, a partir do controle dos esfíncteres, a criança desenvolve uma pulsão de dominação através da musculatura do corpo, produzindo uma atividade, enquanto por outro lado, a mucosa erógena do intestino funciona como órgão do alvo sexual passivo.

Introduz-se, em seguida, a fase fálica do desenvolvimento sexual infantil, onde surge o interesse da criança pelos seus genitais, sendo a auto-manipulação tida como a principal fonte de prazer. De acordo com Freud (1923), nessa fase, o genital é apenas o masculino, pois o feminino ainda não foi descoberto; assim, ainda não existe a oposição da masculinidade e feminilidade. Considera-se que nessa fase há a existência de uma premissa fálica que, segundo Faria (2021), pode ser entendida como uma forma de articulação do sexual, onde a criança convive com a possibilidade de não lidar com a falta do pênis, sendo somente a sua presença possível de ser formulada pela criança, que assume que este está presente em todos.

Em seu texto *Feminilidade* (1933), Freud descreve que “ambos os sexos parecem atravessar da mesma maneira as fases iniciais do desenvolvimento libidinal. Com seu ingresso na fase fálica, as diferenças entre os sexos são completamente eclipsadas pelas suas semelhanças” (pp. 78-79). Assim, no início dessa fase, o clitóris das meninas se comporta como um pequeno pênis, não havendo ainda o conhecimento da vagina, o que é modificado a partir da descoberta da castração (Silva & Folberg, 2008).

A castração da menina é despertada a partir da visão do genital masculino, o que a leva ao desenvolvimento de um sentimento de desvantagem e inferioridade, buscando compensar essa falta, o que se evidencia a partir da inveja do pênis. Desse modo, a menina,

que até então possuía uma forte ligação com a mãe, passa a reprová-la por não ter lhe dado um pênis, o que acaba culminando num abandono dessa ligação, já que, conforme descrevem Silva e Folberg (2008), seu amor era dirigido a uma mãe fálica e não a uma castrada. A partir disso, a menina volta-se para o pai, na tentativa de substituir a falta do pênis, surgindo, então, a relação edípica (Freud, 1933; Silva & Folberg, 2008; Souza, 2022).

De acordo com Freud (1931, 1933), o desejo que faz a menina se voltar ao pai é, inicialmente, o desejo de possuir o pênis que ela espera obter dele, porém, depois se estabelece a situação edipiana normal, quando a menina passa a desejar um filho substituto do pênis (Silva & Folberg, 2008). Em outras palavras, o Édipo passa a desempenhar um papel no momento em que a libido da menina muda de posição, quando ela substitui o desejo de ter um pênis pelo desejo de ter uma criança, tomando o pai como objeto amoroso (Souza, 2022).

Nesse momento, a hostilidade da menina contra a sua mãe se intensifica, de modo que essa se torna sua rival, já que recebe do pai tudo o que dele deseja. À vista disso, Freud (1933) descreve que a situação edipiana é, para a menina, uma espécie de solução preliminar; enquanto no menino o complexo de Édipo - no qual ele deseja a mãe e vê o pai como um rival - é abandonado a partir da ameaça de castração, o que acontece com a menina é quase o oposto, já que o complexo de castração prepara para o complexo de Édipo, em vez de destruí-lo.

Ademais, Freud (1924) postula que a menina aceita a castração como algo consumado, tentando compensá-la a partir de uma equação simbólica entre pênis-bebê. Com isso, os desejos de possuir um filho e um pênis permanecem fortemente catexizados no inconsciente, o que contribui para a preparação da mulher para seu papel sexual posterior (Souza, 2022).

Desse modo, a descoberta de que é castrada é considerada um marco determinante para o crescimento da menina, momento a partir do qual decorrem três linhas de

desenvolvimento possíveis (Freud, 1933): uma que conduz à inibição sexual ou à neurose, outra ao complexo de masculinidade e, por fim, uma que conduz à feminilidade propriamente dita.

A primeira saída é caracterizada principalmente por uma atitude de desvalorização da menina em relação à mãe, quando constata a sua falta de pênis. Conforme Freud (1933), a partir da comparação com o genital do menino, que é visto como superior, o amor próprio da menina é modificado, o que traz como consequência a renúncia à atividade masturbatória derivada do clitóris. Com isso, as mulheres são rebaixadas de valor pela menina, que passa a repudiar seu amor pela mãe, ao mesmo tempo em que é levada a um recalque de grande parte das suas inclinações sexuais (Silva & Folberg, 2008).

Já a segunda reação é determinada por uma recusa da menina a reconhecer o fato indesejado, rebelando-se de modo que a sua masculinidade prévia é acentuada, a partir de um apego à sua atividade clitoridiana e de um refúgio na identificação com sua mãe fálica ou com o seu pai. A partir disso, a menina evita a afluência da passividade que abre caminho à mudança para a feminilidade, conservando uma relação intrínseca com a inveja do pênis (Freud, 1933; Silva & Folberg, 2008).

Por fim, há a saída para a feminilidade propriamente dita, quando há um abandono da masturbação clitoridiana, que promove a renúncia a uma determinada soma de atividade e, conseqüentemente, à posição masculina. Com isso, a menina volta-se para o pai por meio de impulsos instintuais passivos, os quais removem a atividade fálica, preparando o caminho para a feminilidade. Freud (1933) descreve que a feminilidade se torna normal quando, no desenrolar desse desenvolvimento, não se perdem muitos elementos através da repressão (como ocorre na primeira saída).

Ainda com relação a essa possibilidade, Silva e Folberg (2008) descrevem que a saída para a feminilidade envolve a capacidade da mulher em proceder a um deslizamento

simbólico, quando dirige-se ao seu pai, endereçando a ele o seu desejo por um filho, que é considerado por Freud (1933) como o representante do estabelecimento de um desejo feminino por excelência.

No entanto, como destacam Silva e Folberg (2008), deve-se levar em consideração o fato de que se o pai é a figura central do desejo feminino durante a sua constituição, o mesmo não ocorreu no início desse processo, que é denominado por Freud de fase pré-edípica. Em *Sexualidade feminina* (1931) e *Feminilidade* (1933), Freud ressalta a importância dessa fase na constituição psíquica da mulher, o que pode ser constatado na seguinte declaração feita em 1933: “fica-nos a impressão de que não conseguimos entender as mulheres, a menos que valorizemos essa fase de sua vinculação pré-edípica à mãe” (p. 80).

A fase pré-edípica é marcada por uma vinculação original e exclusiva da menina com a mãe, que possui uma longa duração, em muitos casos perdurando para além dos quatro anos de vida. Assim, é importante considerar que a mãe é o primeiro objeto de amor da menina e essa vinculação é extremamente rica e duradoura, como descreve Freud (1933), sendo responsável por lançar reflexos sobre toda a vida sexual da mulher (Silva & Folberg, 2008; Souza, 2022).

Freud (1933) entende que quase todas as características encontradas posteriormente na relação da menina com o pai já estavam presentes na vinculação inicial da menina com a mãe e apenas foram transferidas, subsequentemente, para o pai. Nesse sentido, o endereçamento ao pai seria o primeiro deslocamento da figura materna, mantendo-se as suas características primordiais. Com isso, Freud (1933) observa que a fase pré-edípica pode deixar atrás de si muitas oportunidades para fixações e disposições e por isso, muito frequentemente, no decorrer da vida de algumas mulheres, ocorrem regressões às fixações das fases pré-edípicas.

O estágio pré-edípico se apresenta sob diversas formas, persistindo durante as três fases da sexualidade infantil e, assim, assumindo as características dessas fases, se expressando por desejos orais, sádico-anais e fálicos, que representam impulsos ativos e também passivos. Freud (1933) postula que esses desejos são ambivalentes, possuindo tanto uma natureza carinhosa, como hostil e agressiva, assim, considera que a relação da menina com sua mãe é marcada por uma ambivalência. Entende-se, então, que há um elemento ativo na atitude da menina com a mãe e, conseqüentemente, na feminilidade em geral.

Conforme Fiorini (2009), há a necessidade de uma passagem da mulher do ativo para o passivo, que ocorre juntamente com a mudança de zona erógena do clitóris para a vagina e com a mudança de objeto da mãe para o pai. Mas a autora destaca que, como Freud (1929/1930/1933) indica, há um fator pulsional que rege essa passagem, o qual é indispensável para aceder à feminilidade, revelando que não há um destino passivo; pois a meta da pulsão é sempre ativa.

Em *Feminilidade* (1933), Freud reafirma a existência de uma libido única, que não é nem masculina e nem feminina, mas está a serviço das funções sexuais masculina e feminina. O autor entende que o que constitui a masculinidade ou a feminilidade é uma característica desconhecida e, por isso, não é possível estabelecer uma relação simplista entre feminilidade e passividade e masculinidade e atividade (Souza, 2022).

Nesse sentido, Freud (1933) entende que é possível considerar como característica psicológica da feminilidade a preferência por fins passivos, destacando, porém, que isso não é o mesmo que passividade, já que pode ser necessária uma alta dose de atividade para alcançar uma meta passiva. A partir disso, o autor reconhece a influência dos fatores socioculturais na repressão da sexualidade, considerando que os costumes sociais compelem as mulheres a uma posição passiva (Fiorini, 2009).

Freud (1933) postula que as mulheres podem manifestar grande atividade em vários sentidos, exemplificando que uma mãe assume, necessariamente, um posicionamento ativo no exercício da maternidade e no ato de sua amamentação, enquanto os homens necessitam desenvolver uma adaptabilidade passiva para que consigam manter uma convivência tranquila com outros homens (Sartori & Ceccarelli, 2021).

Assim, uma pessoa, seja homem ou mulher, pode ter tanto atitudes femininas, como masculinas, a depender da situação (Freud, 1933). Conforme destaca Valdivia (1997), isso se dá porque ambos vivem as identificações e ligações da fase pré-edipiana, possuindo complexos edipianos masculinos e femininos, e é por isso que Freud (1933) diz que “no transcorrer da vida de algumas mulheres existe uma repetida alternância entre períodos em que ora a masculinidade, ora a feminilidade, predominam” (p. 88).

Freud (1933) entende, então, que ocorre uma supressão da agressividade nas mulheres, que além de lhes ser instituída por sua própria constituição anatômica, lhes é condicionada socialmente. A partir disso, Sartori e Ceccarelli (2021) destacam que Freud atestou que as meninas possuem impulsos agressivos, contrariando a ideia de que elas seriam naturalmente menos agressivas, pois muitas delas apenas aparentavam sê-lo.

Não só as considerações sobre a agressividade de cada um dos sexos seriam condicionáveis socio-culturalmente, como também a forma com que seria concretizada essa agressividade nas mulheres e nos homens. Desse modo, Freud (1933) considera que a supressão da agressividade da mulher, associada com uma prescrição moral, propicia o desenvolvimento de impulsos masoquistas, considerados como impulsos agressivos direcionados ao Eu, uma vez que estes conseguem ligar eroticamente as tendências destrutivas que foram internalizadas (Sartori & Ceccarelli, 2021).

Considera-se que esse condicionamento sociocultural também está relacionado à ideia de que as meninas seriam menos autônomas do que os meninos, o que, na verdade, é apenas

uma aparência. Como evidenciam Sartori e Ceccarelli (2021), o que ocorre é que a naturalização de certos estereótipos nas sociedades ocidentais colabora com o estabelecimento de convicções que ocasionam as constatações dessa aparência de menor autonomia das meninas. Segundo os autores, Freud explicitou a existência e a inconsistência desse condicionamento sociocultural, destacando, em *Feminilidade* (1933), que não tem dúvidas de que as meninas não podem ser classificadas como intelectualmente atrasadas.

Os fatores socioculturais também possuem grande influência na formação do Superego da menina. Freud (1933) destaca que como a menina não teme a castração (por já se sentir castrada), ela permanece no complexo de Édipo por um tempo indeterminado, o que acarreta um prejuízo para a formação do Superego. Nesse sentido, Silva e Folberg (2008) explicam que enquanto no menino a formação do Superego é feita pela introjeção da autoridade paterna (a partir da superação do Édipo), na menina são os fatores externos que agem para a sua formação, como a educação, a intimidação e o temor de não ser mais amada.

De acordo com Ferreira e Danziato (2019), a partir dessas considerações sobre o desenvolvimento sexual feminino e a feminilidade, Freud aponta para a importância da fase pré-edípica e do complexo de Édipo nas escolhas objetivas amorosas na vida adulta da mulher. Nesse sentido, Freud (1933) descreve que a identificação de uma mulher com sua mãe apresenta-se em duas camadas: a pré-edípica, marcada por uma vinculação afetuosa, e a advinda do complexo de Édipo, marcada por ódio. O autor entende que muitos aspectos das duas subsistem no futuro, mas que a fase da ligação afetuosa pré-edípica é decisiva para o futuro de uma mulher, pois é nela em que ocorrem os preparativos para a aquisição das características que mais tarde lhe possibilitarão o exercício de seu papel na função sexual, bem como a realização de suas tarefas sociais. Além disso, é através dessa identificação que a mulher adquire aquilo que constitui motivo de atração para um homem; e é a ligação edípica dele com a sua própria mãe que transforma a atração da mulher em paixão.

1.2 A escolha amorosa da mulher e a constituição do vínculo conjugal violento

Dias e Neves (2014) relatam que para se pensar na constituição de uma relação violenta é essencial ponderar sobre as questões que envolvem uma escolha amorosa, a qual tem sido objeto de investigação da psicanálise em suas várias vertentes teóricas, que busca entender os motivos que levam à escolha de determinado sujeito para a constituição do vínculo amoroso.

Com relação a isso, Ferreira e Danziato (2019) descrevem que o sujeito busca encontrar objetos com intenção de relacionar-se amorosa e sexualmente e, com isso, estabelecer o amor objetal. Para Freud (1914), as escolhas dos objetos podem ocorrer em dois tipos: narcísico, onde o sujeito busca no outro o que se é ou o que deseja ser, ou anaclítico (de ligação), onde o sujeito procura no outro representações dos seus primeiros objetos de ligação, buscando um objeto de amor que foi perdido. Tais escolhas definem o modo com que o sujeito irá amar (Dias & Neves, 2014; Sanches & Sei, 2018).

Freud (1914) considera que existem diferenças importantes entre a escolha objetal do sexo masculino e do sexo feminino. O homem apresenta um tipo de ligação caracterizado pelo amor objetal completo, exibindo uma supervalorização sexual originada do narcisismo primário da criança. Já a escolha da mulher ocorre de maneira diferente, pois o início da puberdade e o amadurecimento dos seus órgãos sexuais parece intensificar o narcisismo primário, desfavorecendo o desenvolvimento de uma escolha objetal com a concomitante supervalorização sexual.

Assim, a mulher desenvolve um autocontentamento como forma de compensar as restrições sociais impostas nas suas escolhas objetais, adquirindo uma maior quantidade de narcisismo (Ferreira & Danziato, 2019). De acordo com Freud (1933), tal característica afeta a escolha objetal da mulher, fazendo com que, para ela, ser amada seja uma necessidade mais forte que amar.

Conforme Sanches e Sei (2018) as escolhas amorosas mostram que há uma busca por estabelecer uma completude com o objeto amado, a partir do vínculo amoroso. É importante considerar que os processos decorrentes das escolhas objetais ocorrem de forma inconsciente, principalmente no que concerne às relações amorosas. Assim, entende-se que, na perspectiva de Freud (1914), a escolha da mulher por um parceiro violento busca conservar uma relação anterior, o que não ocorre conscientemente, mas conforme a sua história pessoal (Ferreira & Danziato, 2019).

Sanches e Sei (2018) abordam a perspectiva da psicanálise vincular, descrevendo que o vínculo conjugal se estabelece por meio de alianças psíquicas. Desse modo, existem propriedades conscientes no estabelecimento das alianças relacionais, mas também existem processos inconscientes, os quais são inacessíveis ao sujeito. Nesse sentido, Lima e Werlang (2011) destacam que a escolha conjugal não ocorre ao mero acaso, considerando-a como um organizador inconsciente da vida familiar, já que os dois parceiros entrelaçam elementos inconscientes e compartilham sentimentos resultantes do amor infantil e das primeiras relações com os seus pais.

Becker, Tridapalli e Bolze (2021) ressaltam que a escolha de um parceiro amoroso está relacionada a investimentos pulsionais primitivos, que foram construídos nas primeiras relações de prazer/desprazer vivenciadas pelo sujeito. Assim, uma relação amorosa entre dois sujeitos depende da qualidade dos seus vínculos afetivos primários, os quais são atravessados por amor e sentimentos hostis.

As autoras destacam a visão de Klein (1974, apud Becker, Tridapalli & Bolze, 2021), descrevendo que a integração desses afetos, ou seja, das partes boas e más do objeto, deve ser realizada de modo particular pelo sujeito. Essa integração pode promover a formação de sentimentos de empatia e alteridade, que são importantes para as construções vinculares na vida adulta, desde que haja uma boa resolução das fases do desenvolvimento sexual. Por

outro lado, durante essa estruturação psíquica, o sujeito pode se identificar com relações parentais que promoveram excessos ou faltas, formando referenciais vinculares disfuncionais.

Conforme Sanches e Sei (2018), o amor romântico pode ser entendido como a ilusão de encontrar no outro o objeto que foi perdido na infância e, a partir dele, o prazer que já foi experimentado. Ao notar no parceiro características parecidas com as do objeto perdido, o sujeito adentra na relação buscando realizar o desejo de complementaridade, o que faz com que o parceiro se torne essencial para ocupar o lugar da falta. Assim, as relações conjugais se tornam a fonte desse preenchimento, sendo marcadas por idealizações e expectativas irreais.

De acordo com Neves, Dias e Paravidini (2013), o sujeito busca no outro o reconhecimento e, por isso, na relação conjugal há uma expectativa de que o parceiro proporcione uma reafirmação narcísica, mas este mesmo parceiro é quem dará limite a esse narcisismo. Assim, ambos os sujeitos se deparam com uma realidade que impede essa reafirmação constante, pois demandam o que o outro não tem, e, com isso, acabam confrontando-se com a própria castração, o que produz diversos afetos negativos.

Nas relações conjugais violentas, os afetos trocados geralmente possuem conteúdos de agressividade e, quando há uma tentativa de resolução dessa situação, o que geralmente ocorre é a submissão total de um dos membros do par. Nesse sentido, Sanches e Sei (2018) entendem que a experiência da violência na relação conjugal surge quando ocorre a imposição do desejo de um dos parceiros e anula-se a autonomia do outro.

Em consonância, Neves, Dias e Paravidini (2013) descrevem que a liberdade para o exercício da alteridade é muito importante na conjugalidade; entretanto, nas relações conjugais violentas, percebe-se que o espaço para a manifestação subjetiva de um dos membros é limitado, ocorrendo uma ausência de reconhecimento da sua alteridade e um cerceamento da sua liberdade de escolha.

Assim, entende-se que as relações conjugais violentas são assimétricas, situando, em geral, um sujeito no lugar de vítima e o outro na posição de autor da violência. De acordo com Becker, Tridapalli e Bolze (2021), o autor da violência conjugal procura lidar com a sua fragilidade identitária a partir da submissão e opressão do outro, atuando por meio da agressividade, seja ela física ou psicológica.

Conforme Sanches e Sei (2018), “a constante agressividade demarca a perversidade nas relações” (p. 15). Freud (1905) entende a agressividade como uma entidade pulsional primitiva, que pode se manifestar a partir do sadismo, quando é direcionada ao outro, ou pelo masoquismo, quando é dirigida ao próprio sujeito. Nesse sentido, o sujeito que não é capaz de elaborar sua ferida narcísica busca destruir o outro a partir de comportamentos agressivos, enquanto a vítima pode apresentar impulsos masoquistas que a levam a um assujeitamento (Becker, Tridapalli & Bolze, 2021).

Assim, as mulheres inseridas em vínculos agressivos frequentemente desenvolvem relações masoquistas, como resultado de uma fixação em um trauma que não foi elaborado. Em consequência disso, ocorre uma perpetuação desses padrões relacionais, onde a vítima, investida pelas pulsões agressivas, passa a buscar parceiros que a colocam nesse lugar já conhecido, onde a dependência e o controle passam a ser entendidos como proteção (Sanches & Sei, 2018; Becker, Tridapalli & Bolze, 2021).

Vale ressaltar que Freud, em *Feminilidade* (1933), entende que a supressão da agressividade da mulher, que ocorre ainda em seu desenvolvimento sexual, promove uma tendência ao desenvolvimento de impulsos masoquistas.

Mandelbaum, Schraiber e d’Oliveira (2016) destacam que a psicanálise, no diálogo com estudos culturais, sociais e históricos, possibilita uma compreensão de que a violência não é resultado apenas de fatores internos ou externos, mas sim decorre da apropriação individual que cada sujeito ou família realiza por meio da interação entre esses fatores. As

autoras descrevem que, a partir das considerações de Freud, a psicanálise entende que há uma fusão entre as fronteiras internas e externas e, à vista disso, considera-se que “a violência emerge sempre no “entre”: entre pessoas, entre situações, entre relações” (p. 427).

Nesse sentido, é importante considerar que os aspectos histórico-sociais são de grande relevância na dinâmica conjugal, os quais se inter-relacionam com aspectos individuais conscientes e inconscientes (Neves, Dias & Paravidini, 2013). A partir disso, observa-se que as mulheres sofrem uma grande influência de fatores socioculturais, o que foi reconhecido por Freud em *Feminilidade* (1933), quando o autor relata que esses fatores promovem uma supressão da agressividade das mesmas. Além disso, historicamente, tais fatores atribuíram às mulheres a renúncia do seu espaço subjetivo e de seus desejos pessoais, enquanto a agressividade, a transgressão e a força foram vistas como comportamentos pertinentes para os homens (Sanches & Sei, 2018).

Tais questões contribuem para que as maiores vítimas de violência nas relações conjugais sejam as mulheres. Mandelbaum, Schraiber e d’Oliveira (2016) postulam que há uma diferença na posição de homens e mulheres em relações violentas, pois, enquanto nas meninas os afetos negativos vivenciados em suas relações disfuncionais na infância transformam-se em silêncio, reiterando, à medida que se tornam adultas, o lugar de vítima, nos meninos esses afetos tendem a se deslocar para a posição de agressor.

As autoras descrevem, ainda, que experiências de violência na infância, seja como vítima direta, seja indiretamente, ao presenciar cenas violentas entre os pais, são um potencial fator de risco para a repetição da violência, pois podem reproduzir uma vinculação afetiva patológica para o desenvolvimento infantil e para os relacionamentos que serão construídos na vida adulta, levando a uma naturalização da violência (Mandelbaum, Schraiber & d’Oliveira, 2016).

Nesse mesmo sentido, Nardi e Benetti (2014) apontam que os sujeitos podem se envolver em relacionamentos objetais patológicos quando as experiências negativas da infância, internalizadas, estruturam-se como um modelo para o estabelecimento das relações. Assim, conforme Lima e Werlang (2011), a experiência das mulheres em sua família de origem acaba influenciando o tipo de casamento que elas terão quando adultas e, desse modo, uma história de violência pode se perpetuar ao longo de gerações.

Dessa forma, as autoras demonstram que pode haver a presença de uma repetição ao longo das gerações (Lima & Werlang, 2011). Nota-se que Freud já apresentava as bases desse entendimento, o que pode ser observado quando o autor, em *Feminilidade* (1933), destaca que a identificação da mulher com a sua própria mãe pode atrair para si toda a libido disponível, de tal maneira que a compulsão à repetição faça com que haja uma reprodução de “um casamento infeliz dos pais” (p. 89).

O psicanalista René Kaës (2001, apud Dias & Neves, 2014) considera os indivíduos como intersujeitos ou, em outras palavras, sujeitos do grupo, entendendo que a primeira inserção grupal ocorre na família. Conforme o autor, a escolha amorosa reflete elementos desse grupo, seguindo um determinismo familiar. À vista disso, entende-se que o material da vida psíquica pode ser transmitido entre as gerações de uma família e, assim, há um impacto significativo das heranças psíquicas familiares no estabelecimento de relacionamentos conjugais (Dias & Neves, 2014; Gomes & Zanetti, 2009; Sanches & Sei, 2018).

Nesse sentido, Kaës (1998) entende que o inconsciente de cada sujeito carrega, em sua estrutura e em seus conteúdos, a marca do inconsciente de um outro, e até mesmo de mais de um outro. Assim, considera-se que “o sujeito da pulsão, da psicanálise clássica, é, antes de tudo, um sujeito da herança” (Padilha & Barbieri, 2020, p. 245), pressuposto que promove as bases teóricas do conceito de transmissão psíquica transgeracional, proposto pela Psicanálise Vincular.

1.3 Transgeracionalidade

A transmissão psíquica geracional ocorre a partir de processos psíquicos inconscientes constituintes de subjetividades, por meio da linguagem, do simbólico, nas dimensões do imaginário e do real e também nos vínculos geracionais familiares. Esta se apresenta em duas modalidades: a intergeracional, transmitida pela geração mais próxima e que apresenta uma possibilidade de metabolização do material psíquico, o qual pode ser transformado, ou ainda comprometido, sendo transmitido à próxima geração; e a transgeracional, onde o material psíquico da herança genealógica é inconsciente, não elaborado, não transformado e não simbolizado, apresentando vazios e lacunas, sendo transmitido por várias gerações (Rehbein & Chatelard, 2013).

A transmissão transgeracional envolve a transmissão de um material psíquico que não pode favorecer a próxima geração, pois está em suspensão, em um estado em que não é possível uma metabolização psíquica, nem uma integração de seus conteúdos de uma forma que poderia oportunizar transformações criativas. Desse modo, a transgeracionalidade detém os aspectos traumáticos, patológicos e sintomáticos, que envolvem os caracteres de violência, de alienação e o não dito, e são transmitidos sem que haja uma elaboração ou simbolização, reproduzindo os processos de repetição para as gerações seguintes (Gomes & Zanetti, 2009; Rehbein & Chatelard, 2013).

Rehbein e Chatelard (2013) destacam que a família, por meio das suas gerações, é o local e aparelho da transmissão psíquica da herança formadora de seus integrantes, sendo um espaço propício para a transmissão transgeracional. A realidade psíquica do grupo familiar, com as formações e os processos inconscientes que a mobilizam, constitui as suas características, a sua identidade e a sua perpetuação. Nesse sentido, Freitas (2019) aponta que a transgeracionalidade reflete os componentes psíquicos que atravessam as histórias familiares e estão presentes nas gerações.

A autora descreve que os costumes e valores estabelecidos na família promovem o vínculo do sujeito com o passado, o seu enraizamento e sentimento de pertencimento, uma vez que o ambiente familiar é o primeiro a transmitir ao indivíduo suas crenças e referências que serão determinantes para a construção da sua identidade. Assim, por ser um sistema de grande influência na subjetividade dos sujeitos, esse sempre será herdeiro e prisioneiro dos elementos perpetuados ao longo de suas gerações, que estabeleceram suas escolhas e formas de agir (Freitas, 2019).

Como aponta Almeida (2008), na família vigoram mitos, segredos, lacunas, processos identificatórios de sofrimento e grandes traumas. Quando essas heranças psíquicas não são assumidas, simbolizadas ou processadas pela família, os conteúdos traumáticos de uma geração são repassados para a seguinte (Rehbein & Chatelard, 2013). Assim, de acordo com Kaës (2001), ocorre um processo de transmissão alienante, onde os indivíduos tornam-se ausentes de si mesmos e sujeitos à repetição, por estarem aprisionados aos fantasmas familiares.

Conforme Gomes e Zanetti (2009), a transgeracionalidade revela que “os conteúdos psíquicos dos filhos estarão marcados pelo funcionamento psíquico dos avós, ou de outros ascendentes, que eles podem não ter conhecido, mas cuja vida psíquica marcou de forma traumática seus próprios pais” (p. 95). Essa transmissão ocorre de forma alienante e não-estruturante, pois se impõe em estado bruto, impedindo a singularização do herdado. Isso porque os significantes transgeracionais encontram-se no campo do real; ou seja, sem significação, ocasionando um mal-estar onde algo não passou para o simbólico (Rehbein & Chatelard, 2013).

Assim, a herança transgeracional pode criar empecilhos para a constituição da subjetividade do indivíduo, que se torna hospedeiro de uma história advinda de gerações antecedentes (Padilha & Barbieri, 2020). Nesse sentido, Eiguier (1997, apud Almeida, 2008)

aponta que os filhos vivem como seus os traumas que atingiram seus pais ou avós, na medida em que estes transmitem a eles um traço ou uma situação que não puderam elaborar em si mesmos, o que favorece a repetição dessas características.

A transgeracionalidade pode influenciar na escolha do cônjuge, uma vez que os sujeitos buscam similaridades e complementaridade, tendo como referência as heranças psíquicas advindas de suas famílias de origem. Assim, os sujeitos irão formar uma nova família, a partir de padrões de organização que definem papéis e regras, derivados das suas origens, o que pode promover uma repetição, nessa nova constituição familiar, das circunstâncias ocorridas nas gerações anteriores (Freitas, 2019; Padilha & Barbieri, 2020).

À vista disso, Freitas (2019) descreve que a “transgeracionalidade da violência conjugal é uma ocorrência emaranhada e complexa” (p. 10), que pode estar relacionada às heranças psíquicas recebidas pelos sujeitos em suas famílias de origem. Desse modo, a transferência psíquica da violência entre as gerações aponta para um legado que os membros de uma família recebem ao inserirem-se na história desse grupo. E, indo além, a autora entende que nesses processos de transmissão da violência, as mulheres, que são as maiores vítimas, reescrevem não só as suas narrativas familiares, como também a biografia coletiva daqueles que já foram vítimas.

Capítulo 2

Metodologia

Tendo em vista que este estudo teve como objetivo analisar as percepções de cada participante, buscando compreender suas vivências, seus sentimentos e crenças acerca de aspectos relacionados à transgeracionalidade da violência conjugal em suas histórias, a pesquisa proposta foi do tipo qualitativa.

Segundo Alonso (2016), a pesquisa qualitativa busca compreender a lógica de processos e estruturas sociais, por meio de análises aprofundadas de um tema específico em suas múltiplas variáveis, sendo considerada uma pesquisa processual.

Este método é o mais adequado para a presente pesquisa, por conta de seu viés subjetivo. Conforme Alonso (2016), a pesquisa qualitativa busca um olhar sobre a perspectiva, vivência, opinião, ponto de vista e visão de mundo das pessoas investigadas, o que é exatamente o que o presente estudo objetiva. Na pesquisa qualitativa, o pesquisador, como sujeito, investiga outros sujeitos, levando em consideração a subjetividade desses indivíduos, assim o contato entre pesquisador e pesquisados também é parte da pesquisa.

Desse modo, o estudo qualitativo aceita os limites das técnicas que irá utilizar, bem como a impossibilidade de obter um conhecimento totalmente certo ou verdadeiro, pois entende que todo conhecimento é parcial, na medida em que os sujeitos analisados são apenas uma parte do todo e ao se analisar perspectivas individuais, ocorre uma tomada de partido (Alonso, 2016). Assim, percebe-se que não há o objetivo de encontrar resultados que possam ser generalizados de forma ampla ou que sejam quantificáveis. À vista disso, não são isoladas variáveis, assim como o pesquisador está aberto para compreender, caso surjam novas variáveis durante a investigação.

2.1 Participantes

Foram convidadas para participar desta pesquisa 3 (três) mulheres, de idade entre 25 e 45 anos, residentes do Distrito Federal, que estavam vivenciando ou tinham vivenciado, nos últimos 2 anos, violência em seus relacionamentos conjugais, seja de ordem moral, patrimonial, física, psicológica e/ou sexual.

A partir da devida assinatura do Termo de Aceite Institucional e Infraestrutura (Anexo 1), as participantes foram selecionadas no Instituto Umanizzare, o qual tem como característica o acolhimento e atendimento de mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, localizado no Núcleo Bandeirante, em Brasília-DF. A seleção foi realizada por conveniência, a partir de interação prévia e aceite da responsável por essa instituição.

A primeira participante, Lavínia, é brasileira, tem 25 anos, não tem filhos, trabalha como auxiliar de cozinha e é concubina. Atualmente Lavínia mora sozinha e é divorciada. Seu último casamento durou 2 anos e meio e acabou no início do ano de 2024.

A participante Melissa é brasileira, tem 31 anos, é massoterapeuta, tem duas filhas, de 5 e 2 anos de idade, e atualmente mora com a mãe, as filhas e duas irmãs mais novas. Melissa não chegou a formalizar o casamento, mas teve um relacionamento conjugal de 6 anos de duração, que teve fim há aproximadamente 1 ano.

A participante Patrícia é brasileira, tem 35 anos, é professora particular, tem três filhos, dois meninos de 16 e 2 anos de idade e uma menina de 5 anos de idade, atualmente se encontra grávida do quarto filho e mora de favor na casa de uma amiga. Seu último relacionamento conjugal consistiu em uma união estável, com 7 anos de duração, que teve fim em janeiro de 2024.

2.2 Instrumentos

Para a realização da pesquisa, foi utilizado um roteiro de entrevista individual semiestruturada (Apêndice 1):

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas para captar a percepção individual de cada participante. A escolha desta técnica se deu na medida em que, como descreve Gil (2008), a entrevista mostra-se como um instrumento favorável para analisar questões que envolvem a subjetividade humana. Considera-se que, por meio da entrevista, é possível coletar dados a respeito das vivências de uma pessoa, além de identificar os seus sentimentos, pensamentos, opiniões, crenças, valores, atitudes e percepções em relação a determinado fenômeno (Guazi, 2021).

De acordo com Marconi e Lakatos (2003), a entrevista possibilita um encontro entre duas pessoas, por meio de uma conversação de natureza profissional, que proporcionará que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto. Como uma modalidade de entrevista, tem-se a entrevista semiestruturada, que é organizada em torno de um grupo de questões abertas, previamente determinadas, as quais possibilitam que outras questões se manifestem a partir do diálogo entre entrevistador e entrevistado. Como destaca Guazi (2021), as questões que emergem ao longo da entrevista podem visar tanto um esclarecimento, como uma coleta de informações adicionais e mais aprofundadas a respeito de algum aspecto do relato do participante.

Desse modo, considerando a necessidade de se olhar para a subjetividade de cada participante, optou-se pela realização de entrevistas semiestruturadas individuais. Além desta pesquisa tratar de uma temática delicada e subjetiva, que exige um contexto onde cada participante se sinta acolhida e segura, acredita-se que a escuta individual, por meio da entrevista semiestruturada, pode proporcionar a obtenção de relatos mais detalhados e pessoais, os quais foram essenciais para posterior análise dos resultados.

2.3 Procedimentos

A presente pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário de Brasília (CAAE 70883923.1.000.0023), conforme Resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (Anexo 3).

Inicialmente, as participantes foram consultadas pela direção do Instituto Umanizzare, a fim de se verificar a disponibilidade e o interesse de cada uma para a participação neste estudo.

Após a confirmação da disponibilidade das participantes, a pesquisadora agendou com a responsável pela instituição as datas e os horários para a realização de cada entrevista.

Ao chegar na sala reservada para a entrevista, cada participante recebeu a explicação, por parte da pesquisadora assistente, sobre os objetivos e os procedimentos da pesquisa. Nesse momento, foi lido em voz alta o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), o qual foi, em seguida, assinado pela participante. Após assinatura do TCLE, foi realizada a entrevista semiestruturada. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE apresenta informações sobre a natureza, os objetivos e procedimentos do estudo, além dos possíveis riscos e benefícios, com vistas a garantir que a participante compreenda todos os aspectos da pesquisa antes da sua concordância em participar.

Com o intuito de auxiliar a pesquisadora na análise posterior dos dados, as entrevistas foram gravadas somente por áudio, com autorização prévia das participantes, por meio da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (Anexo 2).

Cada entrevista teve a duração aproximada de uma hora a uma hora e meia.

A análise de resultados foi realizada com base no método da Análise de Conteúdo, de Bardin (1977). Conforme a autora, esse método consiste em um conjunto de técnicas de análise das informações, que visa obter, a partir de procedimentos específicos de descrição do

conteúdo das mensagens, indicadores que possibilitem a inferência de conhecimentos relacionados às mensagens recebidas.

Entende-se que a análise de conteúdo proporciona uma descrição objetiva e sistemática do conteúdo extraído das comunicações e da sua interpretação, que é justamente o que o presente trabalho buscou realizar. Essa análise foi feita por meio da técnica de análise por categorias, a qual, segundo Bardin (1977) “funciona por operações de desmembramento do texto em unidades, em categorias segundo reagrupamentos analógicos”. (p. 153). Essas categorias foram construídas a partir dos temas que emergiram do texto, identificando-se os elementos em comum nas mensagens das participantes, que permitiram o seu agrupamento. Sendo assim, após a realização das entrevistas, as transcrições relativas aos tópicos que se relacionam ao tema da pesquisa foram divididas e agrupadas por temas.

Capítulo 3

Resultados e discussão

Os resultados aqui apresentados partem inicialmente de uma atenção com o sigilo dos participantes e por isso foram escolhidos nomes fictícios para identificá-los. Assim, serão apresentados as percepções, sentimentos, pensamentos e experiências de Lavínia, Melissa e Patrícia. As falas das participantes foram analisadas a partir das seguintes categorias: infância e relações com a família de origem; a constituição do vínculo violento e a vivência da violência conjugal; e a percepção acerca dos aspectos transgeracionais.

Infância e relações com a família de origem

Em suas obras, como nos Três ensaios sobre a Teoria da Sexualidade (1905) e em Feminilidade (1933), Freud ressalta o papel fundamental da família, especialmente dos pais, na constituição psíquica e na construção da subjetividade dos indivíduos.

Paiva (2009) discorre que as heranças psíquicas, oriundas da família, são marcantes na vida do sujeito, descrevendo que quando refletimos sobre o que influencia e determina a escolha de um parceiro, é importante considerar que cada cônjuge carrega consigo uma história familiar, uma herança psíquica singular, que foi vivenciada por ele de uma certa forma.

Assim, ao encontrar um parceiro, haverá um encontro de duas heranças psíquicas e dois processos de construção de subjetividade (Paiva, 2009). Conforme a referida autora, o complexo de Édipo, assim como sua resolução, mostra-se como um fator de interferência na dinâmica conjugal, uma vez que a não resolução edípica pode ter consequências para a vida conjugal e familiar. Ela demonstra que os desequilíbrios de um casamento se iniciam na

infância, já que a criança tem a referência dos pais tanto como indivíduos separados quanto como um casal, e a situação edípica está presente no cerne de um casamento. Desse modo, antes de abordar a vivência das participantes em relação à violência conjugal, é fundamental compreender sua história familiar de origem.

Lavínia conviveu com os pais enquanto eles eram casados apenas até os seus dois anos de idade. Segundo ela, o pai, devido ao alcoolismo, era violento com a mãe, o que levou o casal ao divórcio. Após a separação dos pais, passou a morar apenas com a mãe, que logo iniciou um relacionamento com um novo parceiro, o qual também se mostrou bastante agressivo.

Freud (1933) considera a fase pré-edípica, marcada pela vinculação da menina com a mãe, como essencial para a constituição psíquica, descrevendo que essa fase pode deixar atrás de si muitas oportunidades para fixações e disposições, dependendo do modo como foi vivenciada. Lavínia relata que a época em que conviveu com o padrasto a marcou profundamente, pois era frequentemente agredida, sem que sua mãe intervisse, o que lhe causou uma sensação de desamparo e a falta da proteção materna. A ausência de uma vinculação saudável com a mãe durante a fase pré-edípica pode ter prejudicado a constituição psíquica de Lavínia. Aos oito anos de idade, foi morar com os avós paternos no interior do Maranhão. Lavínia descreve a sua infância como marcada pela ausência dos pais e percebe que, na época, sentia-se confusa, conforme suas próprias palavras:

Eu não tive essa visão de pai, quando era o dia dos pais, eu era a única aluna que não tinha pai, no dia das mães era a única aluna que não tinha mãe. Mas eu, pra mim, eu sentia falta, mas não consigo me recordar assim, de tanto sofrimento, né? (...) até porque tinha meus tios em casa, tinha meu avô, mas no fundo não é a mesma coisa, né? Eu acho que eu quando era criança era um pouco confuso.

Ao longo de sua teoria sobre sexualidade, Freud (1905) entende que a variação na disposição de família pode impactar o desenvolvimento psicosssexual do sujeito. Lavínia descreve a ausência de amor e em sua história familiar. O individualismo era muito presente: cada membro precisava trabalhar para conquistar suas próprias coisas, sem compartilhar nada entre si. Além disso, a rigidez da avó impedia que Lavínia tivesse momentos de lazer, o que fez com que não cultivasse amizades nesse período.

De acordo com Becker, Tridapalli e Bolze (2021), uma relação amorosa entre dois sujeitos depende da qualidade dos seus vínculos afetivos primários, os quais são atravessados tanto por amor quanto por sentimentos hostis. Na história de Lavínia, os sentimentos hostis parecem ter predominado. Ela reflete sobre o impacto dessas questões na construção de sua subjetividade, descrevendo a sua infância como marcada por trabalho e abuso psicológico.

Nasio (1995), ao discutir Ferenczi (1981), demonstra que os traumas compõem os elementos que são suprimidos pelo inconsciente, mas nunca são completamente esquecidos. Quando a violência sofrida na infância é excessiva, a criança pode ter dificuldades em se desenvolver plenamente nas fases do desenvolvimento psicosssexual. Isso pode ter ocorrido com Lavínia, que relata ter vivenciado violências intensas.

Ao contrário de Lavínia, Melissa descreve uma relação de proximidade e carinho com a mãe, desde a infância até os dias atuais. Já em relação ao seu pai, ela relata que, quando criança, acreditava que ele era muito bom, o que evidencia o estabelecimento da relação edípica, na qual o pai é tomado como objeto amoroso (Souza, 2022). Em Dissolução do Complexo de Édipo, Freud (1924) pondera que esse complexo pode se encerrar quando a menina, que pretende ser amada pelo pai, um dia sofre uma decepção em relação a ele.

Ao alcançar certa idade, Melissa passou a notar brigas constantes entre os pais, geralmente iniciadas por seu pai, o que lhe causou uma forte decepção. Como forma de evitá-

las, ela passou a se manter acordada durante a noite, pois percebeu que as discussões ocorriam enquanto ela dormia e que, ao aparecer, os pais interrompiam as brigas.

A partir desse momento, a participante parece ter retomado a ligação afetiva pré-edípica com a mãe, fortalecendo sua identificação com ela e desenvolvendo sentimentos hostis em relação ao pai. Atualmente, Melissa considera que o vínculo com seu pai não foi efetivamente construído, pois ele não participou ativamente de sua criação, embora tenham morado juntos até ela completar 15 anos.

Quando tinha 15 anos, os seus pais se divorciaram e Melissa passou a residir com a mãe. Entretanto, após um curto período, a mãe iniciou um novo casamento com um homem que também se mostrou agressivo, repetindo os mesmos problemas dentro de casa. Melissa, contudo, não aceitou ver sua mãe vivenciando essa repetição, como é possível observar em suas palavras:

Eu comecei a não aceitar as coisas que ele fazia porque eu já não aceitava as coisas que meu pai fazia e quando eu vi ele repetindo a mesma coisa, pra mim foi mais difícil ainda porque primeiro era o meu pai, então eu tinha ainda uma tendência a ‘vamos relevar algumas coisas porque é o meu pai’ e quando chegou essa outra pessoa na vida da minha mãe já não era o meu pai, então eu batia muito de frente com ele.

Aos 17 anos, Melissa foi agredida pelo padrasto e decidiu sair da casa da mãe. Atualmente, possui uma medida protetiva contra ele, que ainda é casado com sua mãe.

Como abordado no primeiro capítulo deste trabalho, Freud (1933) considera que uma característica psicológica da feminilidade é a preferência por fins passivos, mas reconhece que as mulheres podem manifestar grande atividade em vários sentidos. Na história de Melissa, é possível perceber atitudes que indicam uma grande atividade, já que, desde criança, ela buscava ativamente meios de impedir que sua mãe sofresse agressões.

Patrícia também tem as memórias de infância marcadas por brigas entre os pais. Seu pai, assim como o de Lavínia, sofria problemas com alcoolismo, além de ter uma diferença de idade de 30 anos em relação à mãe. Ao contrário de Melissa, Patrícia adotava atitudes mais passivas e não buscava apaziguar as brigas dos pais, mantendo-se isolada em seu quarto quando essas ocorriam. Quando tinha seis anos, seus pais se divorciaram, e ela morou com a mãe até os 13 anos, quando, por escolha própria, decidiu ir morar com o pai.

De acordo com a participante, ao longo de sua infância, sua mãe cometeu algumas agressões leves contra ela, como beliscões e empurrões, mas essas agressões já não ocorriam por parte do pai. Patrícia considera que nunca teve uma boa relação com a mãe, o que piorou quando descobriu um segredo dela, que, conforme suas palavras: “afetou a minha relação de confiança com ela. E dela comigo porque ela se sentiu descoberta”.

Freud (1933) considera que a relação de uma mulher com sua mãe é marcada por uma ambivalência, possuindo tanto uma natureza carinhosa, advinda da ligação pré-edípica, como hostil e odiosa, advinda do complexo de Édipo, sendo que muitos aspectos de ambos os lados podem subsistir no futuro. Ao contrário de Melissa, no caso de Patrícia parecem prevalecer os aspectos advindos do complexo de Édipo, pois a participante demonstra diversos sentimentos hostis em relação à mãe.

Patrícia destaca o impacto de ausência afetiva dos pais em sua vida, percebendo que tentou buscar em seus relacionamentos amorosos tudo o que lhe faltou na infância, referindo-se a isso como um “reflexo de querendo cobrir a ausência com outra, com outro relacionamento, né?”. Essa percepção da participante está de acordo com o entendimento de Melanie Klein (1974, apud Becker, Tridapalli & Bolze, 2021), que postula que, durante a sua estruturação psíquica, o sujeito pode se identificar com relações parentais que promoveram excessos ou faltas, formando referenciais vinculares disfuncionais. No caso de Patrícia, assim como no de Lavínia, a falta de vínculos afetuosos com as suas figuras parentais parece ter

impactado a estruturação psíquica das participantes e contribuído para a formação de referenciais vinculares disfuncionais.

Para Melanie Klein (1991), a capacidade de reconhecer o outro está intimamente ligada ao desenvolvimento de uma confiança, que surge a partir das experiências iniciais da criança, particularmente as vividas com a mãe. Essa confiança é construída quando a criança vivencia a presença de uma figura materna que é percebida como estável, cuidadosa e capaz de oferecer um ambiente seguro. Nas histórias das participantes, é possível notar que as suas percepções envolvem a falta de um ambiente seguro em sua infância, seja pela falta de impedimento da mãe em relação às agressões cometidas pelos padrastos contra elas, como no caso de Lavínia e Melissa, seja por agressões advindas da própria mãe, como no caso de Patrícia.

Observa-se que as três participantes relataram experiências de violência na infância. De acordo com Mandelbaum, Schraiber e d'Oliveira (2016), essas experiências, seja sofrendo diretamente a agressão ou testemunhando cenas de violência entre os pais, representam um fator de risco potencial para a repetição da violência, pois podem reproduzir uma vinculação afetiva patológica que prejudica o desenvolvimento infantil e os relacionamentos que serão construídos na vida adulta.

A relação atual que essas mulheres mantêm com sua família de origem se apresenta como um reflexo dessas vivências. Lavínia e Patrícia consideram que não podem contar com seus pais, irmãos ou avós como uma rede de apoio. Isso pode ser observado na seguinte fala de Lavínia:

Então, acho que não, porque eu não pediria ajuda pra eles. Se eu estiver precisando de socorro, minha mãe pode me ajudar assim. Mas eu fico com medo, não vou mentir pra você (...) eu não sei o que passa na cabeça dela, mas não sei se ela pararia tudo para me ajudar (...) tem coisas que eu acho que não ela não faria.

Já Patrícia descreve que o motivo de estar morando atualmente na casa de uma amiga é justamente por sentir que não pode contar com ninguém de sua família. Ao longo da entrevista, ela demonstra constantemente o ressentimento que guarda da mãe, especialmente porque, atualmente, ela apoia o seu agressor, estando contra Patrícia.

O apoio ao agressor também é observado na família de Melissa, entretanto, vem por parte de seu pai. Ela relata que, por muito tempo, foi descredibilizada, mas atualmente grande parte de sua família já percebe o impacto das violências que vivenciou em sua vida. No presente momento, sua mãe se mostra como sua principal rede de apoio e a acolheu de volta quando ela precisou de um lugar seguro para morar.

A constituição do vínculo violento e a vivência da violência conjugal

Paiva (2009) afirma que a escolha de um cônjuge nunca é casual, pois sempre envolve mecanismos inconscientes que a influenciam. Nesta categoria, serão analisados os elementos que envolveram a escolha conjugal das participantes e a subsequente vivência da violência conjugal, discutindo como essas experiências foram moldadas por influências inconscientes e heranças psíquicas oriundas de suas histórias familiares.

Lavínia se casou duas vezes, sendo o primeiro casamento motivado pelo desejo de sair da casa dos avós para focar nos estudos, quando tinha 15 anos. Ela relata que só foi conhecer de fato o seu cônjuge após o casamento, momento em que descobriu que ele tinha problemas com alcoolismo, o que remeteu à infância com o seu pai.

Na perspectiva de Freud (1914), a escolha amorosa do sujeito busca conservar uma relação anterior, o que não ocorre conscientemente, mas conforme a sua história pessoal. A fala de Lavínia “Ele só gostava de beber, aí começou a vir a minha infância com meu pai, né? Aí eu falei assim nossa, meu pai bebia também, esse homem tá bebendo...” revela a escolha

de um parceiro que possui características semelhantes às do seu pai, colocando-a em um lugar já conhecido em sua história. Em outra medida, essa escolha também revela uma identificação de Lavínia com sua própria mãe, que, conforme Freud (1993), pode atrair para si toda a libido disponível, repetindo o seu padrão de relacionamento conjugal.

De acordo com ela, a dependência do álcool causava a ausência do marido no relacionamento, o que a fez perceber que não gostaria de construir uma família com ele, motivando o divórcio. Apesar disso, Lavínia descreve o ex-marido como respeitoso e considera que não houve violência no casamento.

Alguns anos depois Lavínia iniciou um novo relacionamento, já em Brasília. O parceiro era policial, concursado e tinha boas condições de vida. Inicialmente, ele se mostrou uma pessoa prestativa, carinhosa, que a incentivava e dava muitos presentes. Os dois estabeleceram uma União Estável, mas nunca chegaram a morar juntos de fato.

Conforme descrito no presente trabalho, uma relação amorosa entre sujeitos depende da qualidade dos seus vínculos afetivos primários, uma vez que a escolha amorosa de um parceiro envolve investimentos pulsionais primitivos, que foram construídos nas primeiras relações de prazer/desprazer vivenciadas pelo sujeito (Becker, Tridapalli & Bolze, 2021). Na entrevista de Lavínia, é possível notar que ela considera que o parceiro deu a ela um amor que não recebeu em sua infância. Ela reconhece isso ao expressar falas como “ele me incentivou de uma forma que ninguém na minha família fez por mim, sabe? Ninguém” e percebe que demorou a reconhecer a violência no relacionamento justamente por isso.

Freud (1933) pondera que na escolha objetal da mulher, ser amada é uma necessidade mais forte do que amar. Na história de Lavínia observa-se a sua grande necessidade de ser amada, que se revela como um elemento muito significativo para a sua escolha conjugal. Para além do amor do próprio parceiro, ela observa que encontrou, na família dele, uma família que não teve na infância, descrevendo-a como muito unida e amorosa, que a tratava muito

bem e a ajudava de maneiras que a sua família nunca a ajudou. Assim, passou a desejar fazer parte dessa família, vendo a possibilidade de realizar o seu desejo de casar-se e ter filhos com esse cônjuge.

Após alguns meses de relacionamento, surgiu a violência psicológica. Inicialmente, se manifestou por meio de ciúmes excessivos vindos do parceiro. Lavínia relata que tinha que dar satisfação sobre tudo o que fazia, mas não via isso como um problema, pois nunca teve essa atenção em sua vida. Essa percepção de Lavínia corrobora com o entendimento de Becker, Tridapalli e Bolze (2021), que descrevem que, como resultado de uma fixação em um trauma não elaborado, a vítima passa a entender a dependência e o controle como proteção.

Lavínia relata que também sofria humilhações e constrangimentos constantes. Ao mesmo tempo em que o cônjuge a incentivava a seguir seu sonho de passar em um concurso, dizia que ela não conseguiria, que nunca seria ninguém, e ela começou a acreditar nisso. De acordo com Neves, Dias e Paravidini (2013), o sujeito busca no outro o reconhecimento e, por isso, na relação conjugal, há uma expectativa de que o parceiro proporcione uma reafirmação narcísica, mas esse mesmo parceiro é quem dará limite a esse narcisismo.

Lavínia nota que, mesmo com as violências que sofria, rendia muito mais nos estudos quando estava na relação do que nos períodos de término, sentindo uma grande dependência emocional do marido, que pode estar ligada à expectativa de reafirmação narcísica, o que a fazia retornar à relação.

Conforme o relato de Lavínia, o cônjuge também a ameaçava, quebrava seus bens pessoais, forçava relações sexuais e lhe dava tapas, mordidas e puxões de cabelo. No início reagia às agressões, gritando ou batendo nele de volta, mas depois se culpava, por considerar que ele a agredia porque não estava bem, então, passou a não reagir mais. Tal submissão demonstra a descrição de Sanches e Sei (2018) de que, nas relações conjugais violentas, os

afetos trocados geralmente envolvem conteúdos de agressividade e, quando há uma tentativa de resolução dessa situação, o que geralmente ocorre é a submissão total de um dos membros do par.

As mulheres inseridas em vínculos agressivos frequentemente desenvolvem relações masoquistas, como resultado de uma fixação em um trauma que não foi elaborado, buscando parceiros que a colocam nesse lugar já conhecido (Sanches & Sei, 2018; Becker, Tridapalli & Bolze, 2021). Lavínia percebe essa dinâmica ao contar que chegou a um ponto em que não aguentava mais as agressões de seu cônjuge “porque, poxa, eu já apanhei tanto quando eu era criança de uma pessoa que não era nem meu pai (...) Aí vou conhecer uma pessoa pra me bater aqui? Também não é assim, né? Eu pensava dessa forma”.

Até então, Lavínia não tinha coragem de fazer uma denúncia, pois não queria prejudicar o parceiro. No entanto, após o fim da relação, em uma das tentativas de reconciliação, o agressor jogou spray de pimenta pela fresta da porta da casa de Lavínia, fazendo com que ela e sua cachorra passassem muito mal. A partir disso, ela resolveu denunciá-lo e entrou com uma medida protetiva. Ela conta que ver sua cachorra machucada foi um fator decisivo para que tomasse essa decisão, e descreve estar se sentindo confusa quanto aos seus sentimentos.

Lavínia compartilhou sobre as violências sofridas apenas com um vizinho, pois precisava de ajuda no momento da agressão, mas relata sentir vergonha e arrependimento, já que nunca teve o costume de falar com as pessoas sobre seus problemas. Ela evita fortemente que os outros saibam, especialmente sua família, e reconhece o medo da possibilidade de julgamento, caso algum dia volte com o agressor. Esse silenciamento é descrito por Mandelbaum, Schraiber e d’Oliveira (2016) como uma posição recorrente de mulheres em relações violentas, pois os afetos negativos vivenciados em suas relações disfuncionais na

infância transformam-se em silêncio, reiterando, à medida que se tornam adultas, o lugar de vítima, o que contribui para a transmissão transgeracional da violência.

O episódio relatado ocorreu um mês antes da presente entrevista. Atualmente Lavínia não mantém contato com o agressor, que se encontra internado em uma clínica psiquiátrica.

Melissa teve quatro relacionamentos amorosos antes de seu casamento e relata que, em todos, sofreu manipulações de seus parceiros. Dentre eles, o que mais lhe marcou foi um relacionamento aberto que durou três anos e meio, o qual ela descreve como uma relação em que nada era acordado. Melissa acredita que permaneceu tanto tempo nessa relação porque tinha um grande desejo de casar-se, ter filhos e construir uma família com esse parceiro. Entretanto, percebeu que esse desejo não seria correspondido, o que levou o casal ao término.

Logo após o fim dessa relação, Melissa se mudou para a Bahia para terminar sua graduação e, já no primeiro dia na cidade, começou a se relacionar com outro homem. O parceiro era 22 anos mais velho que ela e tinha um grande poder aquisitivo. Em um mês de relacionamento, ele a pediu em casamento e, apesar de considerar precipitado, ela reconhece que aceitou, pois viu nisso a oportunidade de realizar o seu desejo de construir uma família, frustrado em seu relacionamento anterior. O parceiro também compartilhava esse desejo e, logo após o pedido, Melissa começou a se organizar para engravidar, o que se concretizou seis meses depois.

O desejo de ter filhos e constituir uma família mostra-se como um dos principais elementos para a escolha conjugal de Melissa. Como descrito no primeiro capítulo deste trabalho, Freud (1933) considera o desejo de ter um filho como o representante do estabelecimento de um desejo feminino por excelência, surgindo a partir do complexo de Édipo da menina e permanecendo fortemente catexizado em seu inconsciente, preparando-a para seu papel sexual.

Na história de Melissa, é possível notar a perda de um pai idealizado quando passou a perceber as violências que ele cometia contra a mãe, o que gerou um afastamento da relação com a figura paterna. As relações conjugais podem se mostrar como uma tentativa de preencher o lugar da falta do objeto perdido na infância, sendo marcadas por idealizações e expectativas irreais (Sanches e Sei, 2018). O desejo de construir uma família perfeita parece ser uma idealização de Melissa, na tentativa de preencher a falta de uma família perfeita, que a perda da percepção sobre o pai como um homem bom, provocou em sua vida.

Melissa relata que, a partir do momento em que engravidou, a relação se modificou. Sanches e Sei (2018) entendem que a experiência da violência na relação conjugal surge quando ocorre a imposição do desejo de um dos parceiros, anulando a autonomia do outro. Na história da participante, o cônjuge passou a manipulá-la para não trabalhar, não sair de casa e viver apenas para a família. Como resultado, ela abandonou a universidade, o trabalho, seus sonhos e projetos, “tudo que eu fazia eu abandonei em função do projeto família que eu acreditava naquela época que a gente tava construindo junto” (Melissa), submetendo-se aos desejos do parceiro e anulando a própria autonomia.

O relacionamento também foi marcado por ciúmes excessivos do marido. Melissa relata que as pessoas do seu círculo evitavam falar com ela e até mesmo a destrataavam para não despertar ciúmes nele. Além disso, devido às manipulações, passou a ter um forte medo de sair de casa, isolando-se das pessoas ao seu redor. Também sofria humilhações constantes onde o parceiro a colocava como um “zero à esquerda”, uma pessoa insignificante, que não sabia de nada. Mais uma vez, é possível notar aqui o silenciamento descrito por Mandelbaum, Schraiber e d’Oliveira (2016), que reitera nas mulheres o lugar de vítima.

Ela nota que a violência sempre foi muito velada em seu relacionamento e que, por muito tempo, não tinha consciência disso e reagia tentando fazer o marido perceber que a estava prejudicando e que isso afetaria sua relação com as filhas. Hoje em dia, percebe que

era manipulada para ser colocada em um lugar de “louca”: “Eu não conseguia me dar conta que ele tava justamente percebendo, que era exatamente isso que ele queria, ele queria me ver louca pra ele falar pras pessoas, ‘ela é uma louca, eu sou maravilhoso, olha como eu sou bom, ela tem problema’”.

Quando engravidou de sua segunda filha, há dois anos, Melissa decidiu voltar para Brasília, sem o cônjuge. O principal fator motivador foi que o cônjuge não se envolvia na educação das filhas, o que lhe remeteu à sua infância, na qual o pai não era presente em sua criação. Conforme Sanches e Sei (2018), o amor romântico pode ser entendido como a ilusão de encontrar no outro o objeto que foi perdido na infância. Ao perceber no parceiro características semelhantes às do objeto perdido, o sujeito entra na relação buscando realizar o desejo de complementaridade. Isso pode ser observado na história de Melissa, que relata que hoje tem a percepção de que se relaciona com um homem “igualzinho” ao seu pai.

Além disso, a história de Melissa demonstra a presença de uma forte identificação com sua própria mãe, que, conforme descrito por Freud (1933), pode atrair para a mulher toda a libido disponível, de tal maneira que a compulsão à repetição faça com que haja uma reprodução de “um casamento infeliz dos pais” (p. 89).

Apesar da mudança de cidade, o relacionamento ainda continuou com algumas idas e vindas, principalmente devido à dependência financeira de Melissa. O processo de separação teve início no ano passado, após ela começar a se relacionar com outra pessoa, o que não foi bem recebido pelo ex-cônjuge, que, segundo Melissa, passou a contratar pessoas para persegui-la. A partir disso, ela começou a vivenciar crises de pânico intensas e foi quando decidiu se desvincular definitivamente do agressor, indo morar com sua mãe. Atualmente, está trabalhando, porém ainda se encontra em uma situação de dependência financeira. Está em processo de separação e relata que o ex-cônjuge agressor não deixou nada para ela.

Melissa chegou a tentar realizar uma denúncia, entretanto, relata que foi descredibilizada na Delegacia. Atualmente, não tem coragem de denunciar o ex-cônjuge, pois, além do intenso medo de que ele possa fazer algo pior, pondera que ele é o pai de suas filhas. Por outro lado, busca contar sobre as violências sofridas para o maior número de pessoas possível, entendendo isso como a construção de uma rede de apoio, para proteger a si mesma. Ela relata que tem se sentido fortalecida devido ao apoio que recebe da família e ao tratamento psicológico que vem realizando.

Patrícia se casou pela primeira vez aos 20 anos, com um homem com quem se relacionava desde os 15 anos. Tiveram um filho, que atualmente tem 16 anos. Ela relata a presença de ciúmes excessivos por parte do cônjuge, além de problemas com dependência de álcool e drogas. A participante descreve ter sofrido agressões físicas severas, incluindo uma tentativa de feminicídio, que suscitou o divórcio.

Aos 28 anos, Patrícia conheceu seu segundo marido, em um momento em que se considerava muito bem financeiramente. Com a expectativa de construir uma vida e um lar saudável, ela investiu no relacionamento. Dessa união, nasceram mais dois filhos: uma menina de cinco anos e um menino de dois anos. A escolha de Patrícia, assim como a de Melissa, parece ser influenciada pelo desejo de alcançar o ideal de um lar saudável, o que pode ser uma tentativa de compensar a falta provocada pelas relações disfuncionais na infância. Isso corrobora com o entendimento de Sanches e Sei (2018), que afirmam que o sujeito busca, no amor romântico, um parceiro que ocupe o lugar da falta.

Assim como Lavínia e Melissa, Patrícia conta que os primeiros sinais de violência envolviam manipulações e humilhações. Na época, ela estava finalizando a faculdade, e o cônjuge a humilhava e descredibilizava, dizendo que ela não conseguiria se formar. Ela descreve que, desde o início, percebeu os sinais de manipulação, mas não considerava que

isso poderia ser uma forma de violência, pois acreditava que era uma característica que mudaria quando ele amadurecesse.

Com o tempo, surgiram também as agressões físicas. Patrícia relata que o parceiro tinha dependência de álcool e, quando estava sob efeito da substância, quebrava todos os seus limites. As agressões ocorriam principalmente quando ambos haviam feito uso da substância, com tapas no rosto e empurrões. Ela conta que costumava reagir às agressões: “Porque ele chegava ao meu nível máximo, eu estourava, ele me agredia e eu devolvia. E eu sempre devolvia com mais força do que ele realmente me agredia. Então, no final, eu achava que eu estava sendo a agressora”.

É possível notar que, nos dois relacionamentos conjugais vividos por Patrícia, a dependência alcoólica dos parceiros foi uma constante, assim como ocorreu no relacionamento de seus pais. Conforme Nardi e Benetti (2014), os sujeitos podem se envolver em relacionamentos objetivos patológicos quando as experiências negativas da infância, internalizadas, se estruturam como um modelo para o estabelecimento das relações. Patrícia parece repetir, em suas relações, o mesmo modelo de relacionamento dos seus pais.

Ela considera que o maior desgaste da relação começou quando o cônjuge agrediu seu filho mais velho e, com isso, ela percebeu que “a situação não ia melhorar”. Por outro lado, foi pensando em seus filhos que Patrícia acabou aceitando algumas tentativas de reconciliação. Em fevereiro do ano presente, decidiu solicitar a dissolução da União Estável, porém, o cônjuge não aceitou a separação e tentou agredi-la. Foi quando seu filho mais velho, buscando protegê-la, acabou sofrendo a agressão. A partir disso, Patrícia resolveu denunciar o caso pela Lei Maria da Penha e solicitou uma medida protetiva.

Além das violências física e psicológica, Patrícia relata ter sofrido violência moral e patrimonial. Ela conta que era empresária e colocou o cônjuge em seu negócio, entretanto, ao longo dos anos, ele acabou retirando o seu dinheiro e levando a empresa à falência. Patrícia

mostra-se muito fragilizada ao comentar: “A moral da minha credibilidade, da minha essência de quem eu sou, foi totalmente destruída. Eu tenho que me reafirmar todo dia que eu sou uma mulher forte, que eu tenho condições”.

Por muito tempo, Patrícia não quis compartilhar com outras pessoas sobre as violências que vivenciou, relatando que sofreu sozinha e calada. Apenas decidiu compartilhar com amigos após a falência de sua empresa, quando percebeu que precisava de uma rede de apoio.

O assujeitamento

Vale destacar que, nas histórias das três participantes, foi muito marcante a descrição da percepção de um assujeitamento, a partir das violências vivenciadas. Conforme Neves, Dias e Paravidini (2013), nas relações conjugais violentas, o espaço para a manifestação subjetiva de um dos membros é limitado, ocorrendo uma ausência de reconhecimento da sua alteridade e um cerceamento da sua liberdade de escolha.

Lavínia se refere a um grande vazio em seu coração, sentindo-se sozinha, culpada e perdida, considerando que carrega uma cruz consigo mesma, que a acompanha desde a infância: “Esse fardo, desde a minha infância, me acompanhando, eu vejo que eu preciso assim, sumir um pouco do mundo, ficar sozinha em um lugar, só eu, e me reencontrar, porque eu vejo assim que eu me perdi, sabe?”.

Assim como Lavínia, Melissa relata que, por muito tempo, sentiu-se perdida. Ela sente que, ao longo do seu relacionamento, foi colocada como “uma pecinha ali que estava para realizar as coisas que ele queria”. E foi somente quando conseguiu se desvincular da relação que pôde voltar a estudar, trabalhar e “fazer a minha vida mesmo, além de ser só mãe”.

Patrícia também sente que se perdeu durante o relacionamento, como é possível observar em sua fala:

Só quem tá dentro sabe como no dia a dia a gente é anulada e acaba vivendo pela outra pessoa, para outra pessoa. Então, é um sentimento assim de fracasso né? Porque a gente se perde e não consegue o nosso objetivo que é agradar ao máximo, construir algo palpável.

A percepção acerca dos aspectos transgeracionais

As heranças psíquicas familiares têm um impacto significativo no estabelecimento de relacionamentos conjugais (Dias & Neves, 2014). Paiva (2009) afirma que a história familiar herdada das gerações anteriores exerce influência sobre a formação psíquica do indivíduo. Dependendo do modo como ele a recebe, pode se tornar um prisioneiro dessa herança, se não for possível de elaborá-la, ou pode se tornar um herdeiro dela, apropriando-se conscientemente dos conteúdos recebidos. Esse processo dependerá da capacidade do psiquismo do sujeito de elaborar as heranças psíquicas adquiridas.

A partir do que foi discutido nas categorias acima, nesta categoria serão analisados os aspectos transgeracionais que envolvem as histórias e as percepções das participantes, discutindo-se as heranças psíquicas que se mostram presentes e o modo como se deu a sua elaboração em suas gerações familiares.

Lavínia relata a presença de violência nos dois relacionamentos conjugais estabelecidos por sua mãe. Especialmente no relacionamento com o pai de Lavínia, a violência envolvia o uso de álcool, que foi o motivo da separação, assim como foi o motivo do primeiro divórcio da participante. Como já discutido, ela nota essa correspondência ao descrever que percebeu semelhanças entre seu primeiro marido e seu pai, principalmente no que diz respeito à dependência do álcool.

Por outro lado, ela descreve o casamento dos avós como uma imagem de casamento “perfeito”, pois o seu avô era “evangélico e respeitador”. Apesar disso, nota a existência de

segredos, traumas e lacunas que se perpetuam entre as gerações de sua família. De acordo com Kaës (2001), quando essas heranças psíquicas não são assumidas, simbolizadas ou processadas pela família, ocorre um processo de transmissão alienante e não-estruturante, em que os indivíduos se tornam ausentes de si mesmos e sujeitos à repetição.

Essa alienação é notável na entrevista de Lavínia, que se sente perdida, percebendo um fardo que a acompanha em sua vida, como se estivesse presa a uma história que não é sua e que é incapaz de processar, o que lhe gera grande sofrimento. Conforme Padilha e Barbieri (2020), a herança transgeracional pode criar empecilhos para a constituição da subjetividade do indivíduo, que se torna hospedeiro de uma história advinda de gerações anteriores. Isso ocorre porque os significantes transgeracionais encontram-se no campo do real, ou seja, sem significação, ocasionando um mal-estar onde algo não passou para o simbólico (Rehbein & Chatelard, 2013).

A transgeracionalidade atravessa as gerações de maneira inconsciente, transmitindo um material psíquico que não foi elaborado pelas gerações precedentes, como verdades escondidas e episódios de violência, que se transformam em “não ditos” que precisam ser esquecidos (Almeida, 2014). Na história familiar da participante, os “não ditos” parecem estar muito presentes, como é possível notar em suas falas, ao contar sobre sua relação atual com os pais:

Por mais que no fundo do meu coração, na minha mente fica aquilo, ai minha mãe não me criou, minha mãe não me ajudou, mas eu não tento transparecer isso pra ela, sabe? Assim, o quão eu me sinto sozinha. (...) eu não tento transparecer pra ela a dor que eu sentia quando era criança, eu tento aproveitar o tempo que eu perdi. Então, assim, não tento transparecer nada, mágoa, nada, então assim, não sinto essa mágoa, não sinto raiva deles de nada.

Vale observar que Lavínia não contou para ninguém de sua família sobre as violências vivenciadas em seu relacionamento e relata firmemente que faz de tudo para que ninguém saiba. Esta atitude parece ser uma forma de manter as heranças psíquicas de sua família em um lugar inacessível, como segredos e lacunas, o que revela o risco de que haja uma reprodução dos processos de repetição para as gerações seguintes, ou seja, de manutenção da transgeracionalidade.

Levanta-se a hipótese de que essa seja uma forma de evitar a elaboração e a simbolização da violência vivenciada e manter-se no lugar alienante já conhecido. Ao longo de sua entrevista, Lavínia descreve uma confusão emocional que só surgiu após ter realizado a denúncia do seu ex-cônjuge, considerando-a como um “problemão” em sua vida, o que pode ser observado em sua fala:

Porque assim, você tem que passar no psicólogo, não que seja ruim, sabe? Mas assim, você tem que passar no psicólogo, aí você tem que organizar suas ideias, aí você vai estudar e começa a pensar em tudo que você viveu. Aí uma hora você está feliz, aí uma hora você já começa a ficar triste. Aí uma hora você já começa a ficar desesperada. Aí começa a vir esse monte de pensamento, sabe? Aí você começa a ficar com vergonha, monte de sentimento misturado, e eu não tinha esse sentimento antes da Maria da Penha.

Parece que a necessidade de elaboração provocada pela psicoterapia foi a catalisadora do sofrimento intenso de Lavínia, que até então, podia manter as suas vivências de violência no lugar do “não dito”. Como descreve Paiva (2009), o processo de singularização das heranças psíquicas depende da capacidade do psiquismo do sujeito de elaborá-las. No caso de Lavínia, essa capacidade parece ter sido afetada pelo modo como se deu a sua constituição psíquica. A transmissão intergeracional, que é a que possibilita a transformação, envolve o trabalho de elaboração do material psíquico pela fantasia (Almeida, 2014). Como descrito na

primeira categoria deste capítulo, Lavínia relata que sua infância foi marcada, além dos traumas, pela falta de brincadeiras e pela necessidade de amadurecimento precoce, o que parece ter impactado na sua constituição psíquica e pode ter afetado a sua capacidade de fantasiar.

Já Melissa nota que a violência conjugal perpassa as gerações de sua família. Sua mãe se inseriu em dois relacionamentos conjugais permeados por agressões. Como já foi dito, em sua infância, Melissa presenciou um cenário de brigas constantes entre os pais, com violência física e psicológica do pai contra a mãe. Ela acredita que sua mãe repetiu o mesmo padrão no outro casamento, que se perpetua até hoje, “talvez por não ter curado algumas feridas”. Sua avó também sofreu violência em seu relacionamento conjugal, mas Melissa acredita que ela nem tinha consciência disso, notando que, por muito tempo, esses aspectos se mantiveram velados em sua família. Essa falta de consciência ilustra um aspecto da transgeracionalidade, que, como já descrito neste trabalho, diz respeito a um material psíquico inconsciente e não elaborado, apresentando vazios e lacunas, que é transmitido por várias gerações (Rehbein & Chatelard, 2013).

Eiguer (1997, apud Almeida, 2008) descreve que os filhos vivem como seus os traumas que atingiram seus pais ou avós, na medida em que estes transmitem a eles um traço ou uma situação que não puderam elaborar em si mesmos, o que favorece a repetição dessas características. Ao observar que a sua mãe repetiu o mesmo padrão de relacionamento em seu outro casamento “talvez por não ter curado algumas feridas”, Melissa revela a impossibilidade de elaboração da herança psíquica por parte de sua mãe, que, por sua vez, foi influenciada pela impossibilidade de elaboração advinda da história de sua própria mãe, e, por conseguinte, transmitiu para Melissa essas características.

Atualmente, Melissa consegue perceber um padrão que se repete nas mulheres de sua família: “tanto na escolha de com quem se relacionar e todas essas características que

acabaram acontecendo durante o relacionamento, eu passei, a minha mãe passou, a minha avó passou”. Isso se dá porque a transgeracionalidade pode influenciar na escolha do cônjuge - uma vez que os sujeitos buscam similaridades e complementaridade, tendo como referência as heranças psíquicas advindas de suas famílias de origem, irão formar uma nova família a partir de padrões de organização derivados das suas origens, o que pode promover a repetição, nessa nova constituição familiar, das circunstâncias ocorridas nas gerações anteriores (Freitas, 2019; Padilha & Barbieri, 2020).

Ela descreve que foi a partir do seu processo de psicoterapia que percebeu a repetição desses padrões, contando que muitas vezes, ao falar sobre a sua história, sente como se estivesse contando a história de sua mãe e da sua avó. Conforme Almeida (2014), quando o material psíquico pode ser elaborado, abre-se espaço para a intergeracionalidade.

Inicialmente, Melissa sentia-se prisioneira da história de violência que permeia as gerações de sua família, porém, é possível notar que, em determinado momento, abriu-se à possibilidade de simbolização dessa história, direcionando a participante a um lugar de consciência e vontade de transformação.

Melissa percebe que foi por meio das histórias de sua mãe e sua avó que pôde ter mais clareza em sua própria história e encontrar uma saída da situação de violência que estava vivenciando. Essa percepção reflete uma metabolização do material psíquico herdado, que possibilita novas construções de sentido e transformações, ilustrando a ideia de que intergeracionalidade permite que o sujeito se situe em relação às gerações que o antecederam, se aproprie de seu legado e atribua-lhe um sentido, construindo sua própria subjetividade (Almeida, 2014; Paiva 2009).

Melissa acredita que a “clareza” surgiu aos poucos em sua família, comentando que: “talvez na história da minha avó foi velado durante mais tempo, da minha mãe menos, da minha menos, mas mesmo assim isso ainda se repete”. Ela relata um grande medo de cair no

mesmo padrão de repetição da mãe, que se inseriu novamente em uma relação violenta, observando que está na defensiva, sem querer conhecer ninguém no momento, como se tivesse construído um muro dentro de si mesma.

Ela nota que essa repetição de padrões também prejudicou a relação com suas filhas, por ter escolhido um parceiro que não se envolve na criação das crianças, assim como o seu pai não se envolveu na sua criação. Atualmente, Melissa tem se esforçado muito, buscando todos os meios possíveis para quebrar esse ciclo que se perpetua entre as gerações de sua família, para que suas filhas não passem pelo que ela passou e possam construir novas histórias. Esse desejo da participante ilustra a possibilidade de mudança dos materiais psíquicos de sua família, que viabiliza uma diferenciação e uma evolução entre o que será transmitido, herdado e depois adquirido, favorecendo a transmissão intergeracional, onde suas filhas e as gerações seguintes podem ser beneficiárias do material psíquico herdado (Almeida, 2014).

Patrícia também percebe aspectos transgeracionais relacionados à violência conjugal em sua história familiar. Como já foi mencionado, o relacionamento de seus pais foi permeado por violência e pela dependência do álcool, o que também ocorreu em seus dois casamentos. Ela descreve que, pelas histórias que ouviu, o mesmo padrão também se fez presente na história de seus avós, embora não tenha sabido disso diretamente de sua avó, pois não a conheceu.

Essa repetição, nas novas constituições familiares, de circunstâncias ocorridas nas gerações anteriores pode ser resultado de heranças psíquicas advindas da história familiar, que influenciam as escolhas conjugais dos sujeitos (Freitas, 2019; Padilha & Barbieri, 2020). De acordo com Gomes e Zanetti (2009), a transgeracionalidade revela que os conteúdos psíquicos dos filhos são influenciados pelo funcionamento psíquico dos avós, ou de outros

ancestrais, mesmo que eles não os tenham conhecido, mas cuja vida psíquica marcou de forma traumática seus próprios pais.

Patrícia percebe que as suas histórias familiares se conectam como uma “maldição hereditária”. Essa percepção ilustra a ideia de que a transgeracionalidade envolve a transmissão de um material psíquico que não pode favorecer a próxima geração, pois está em suspensão, em um estado em que não é possível uma metabolização psíquica, nem uma integração de seus conteúdos de forma a oportunizar transformações criativas e, portanto, aprisiona o sujeito aos seus fantasmas familiares (Kaës, 2001).

As heranças psíquicas do sujeito podem atá-lo a histórias e demandas de outros, das quais se torna refém, como uma “maldição hereditária”, conforme nomeou Patrícia (Almeida, 2014). Isso porque a transgeracionalidade carrega aspectos traumáticos, patológicos e sintomáticos, que envolvem os caracteres de violência, de alienação e o não dito, sendo transmitidos sem que haja uma elaboração ou simbolização, reproduzindo os processos de repetição para as gerações seguintes (Gomes & Zanetti, 2009; Rehbein & Chatelard, 2013). Na história de Patrícia, é possível notar que os caracteres de violência conjugal se repetem entre as gerações de mulheres de sua família, perpetuando histórias de traumas e sofrimento.

Assim como Melissa, Patrícia descreve que tem tentado ao máximo quebrar esse ciclo que permeia as gerações de sua família, para que suas filhas possam vivenciar histórias diferentes. Ela deseja, principalmente, que suas filhas não se relacionem por questões financeiras, como aconteceu ao longo das gerações anteriores de sua família, que se valorizem e sejam mulheres independentes. Além disso, aspira ser para suas filhas a mãe que sua própria mãe não foi para ela, esperando ser um apoio para elas, apoio esse que não recebe de sua mãe.

Como demonstra Paiva (2009), o sujeito é herdeiro e servidor forçado, mas também pode ser beneficiário e adquirente singular do que é transmitido. No processo de transmissão

psíquica entre as gerações, eventualmente podem ocorrer modificações daquilo que é transmitido, em função dos intermediários capazes de intervir nessa transmissão. Nas histórias de Patrícia e Melissa, nota-se um grande desejo de modificar as heranças que serão transmitidas para suas filhas, para que elas possam construir histórias conjugais diferentes, revelando a possibilidade de um rompimento dos aspectos danosos da transgeracionalidade.

Considerações finais

A violência conjugal é um fenômeno complexo e multifacetado, cuja ocorrência e manutenção se associam a uma multiplicidade de fatores sociais, culturais, emocionais, familiares, cognitivos e comportamentais (Brum, 2021; Sant'Anna & Penso, 2017). Indo além, a psicanálise considera também os aspectos psíquicos e inconscientes que envolvem uma escolha amorosa, buscando entender os motivos que levam à escolha de determinado sujeito para a constituição do vínculo conjugal (Dias & Neves, 2014).

Entre esses fatores, destacam-se as heranças psíquicas familiares, que podem conduzir a um processo de transmissão inconsciente, que perpassa gerações, conhecido como transgeracionalidade (Kaës, 2001). À vista disso, o presente estudo buscou analisar a percepção de mulheres brasileiras acerca dos aspectos relacionados à transgeracionalidade na vivência de contexto de violência conjugal, destacando como as heranças psíquicas familiares impactam a formação de suas subjetividades, influenciam suas escolhas relacionais e contribuem para a perpetuação da violência.

A entrevistas realizadas revelaram histórias familiares permeadas por caracteres de violência. As três participantes relataram experiências de agressão na infância e ausência de uma ou ambas as figuras parentais, fatores que parecem ter impactado a dinâmica edípica e a construção de suas subjetividades. O histórico de violência conjugal nas famílias das participantes estende-se aos relacionamentos conjugais de seus pais e avós, o que corrobora a hipótese deste estudo de que a violência conjugal pode manifestar-se como um fenômeno que atravessa gerações, repetindo-se de forma inconsciente (Almeida, 2014; Kaës, 2001).

Foi possível notar que as três participantes percebem em suas vivências amorosas aspectos similares aos de suas mães e ancestrais, observando a transmissão da violência conjugal entre suas gerações familiares. Na análise das histórias relatadas, observou-se que os

traumas, vergonhas, segredos e “não ditos” familiares parecem contribuir para que os caracteres de violência se perpetuem, uma vez que não puderam ser elaborados e simbolizados, o que impede a sua transformação e gera um processo de transmissão alienante.

Essa alienação foi notável na entrevista de Lavínia, que expressou um profundo sofrimento, ao se sentir presa a um fardo familiar que não consegue processar, o que ilustra como a herança transgeracional pode criar empecilhos para a constituição da subjetividade, aprisionando o sujeito às histórias dos antepassados. Patrícia associou a repetição da violência e do alcoolismo, também presentes na história de seus pais e avós, a uma “maldição hereditária”, reforçando a ideia de que a transgeracionalidade envolve a transmissão de um conteúdo psíquico que limita as próximas gerações (Kaës, 2001). Melissa também observou um padrão que se repete nos relacionamentos de sua família, tanto na escolha do parceiro amoroso quanto nos aspectos de violência, especialmente em relação a manipulações intensas por parte dos cônjuges, evidenciando a influência dos aspectos transgeracionais na escolha do cônjuge (Padilha & Barbieri, 2020).

A partir dos relatos de Melissa, foi possível observar que as suas gerações antecedentes mantinham a violência em um nível velado e inconsciente em suas histórias, o que dificultava a elaboração e a simbolização dessas vivências, oportunizando o processo de transmissão transgeracional que chegou até a participante. Por outro lado, foi interessante notar que, a partir de seu processo terapêutico, Melissa tomou consciência da repetição da violência presente em sua história familiar, o que abriu espaço para uma metabolização do material psíquico herdado, permitindo novas construções de sentido e transformações.

Tanto Melissa quanto Patrícia expressaram o desejo de interromper o ciclo de violência para oferecer a suas filhas uma história diferente, sem o sofrimento que marcou suas vidas e a de suas ancestrais. Como apontado por Paiva (2009) e Almeida (2014), esse

desejo de transformação é possível quando as heranças psíquicas são elaboradas e simbolizadas, permitindo que o sujeito se situe em relação às gerações que o antecederam, se aproprie de seu legado e atribua-lhe um sentido, construindo sua própria subjetividade.

Notou-se, também, que as principais estratégias de enfrentamento adotadas incluíram a denúncia por meio da Lei Maria da Penha, como forma de buscar proteção legal, no caso de Lavínia e Patrícia; a construção de uma rede de apoio social, ao compartilhar sobre as vivências com amigos e familiares, no caso de Melissa e Patrícia; e a psicoterapia, em busca de acolhimento e de um espaço de escuta e reflexão. No momento, as três participantes estão em acompanhamento psicológico. Observou-se que o apoio social tem papel fundamental no enfrentamento da violência: Melissa, que conta com apoio de familiares e amigos, considera-se mais fortalecida, enquanto Patrícia e Lavínia relatam maior sofrimento devido à falta de apoio familiar.

Nas histórias das três participantes foi notável que a vivência de violência conjugal provoca silenciamento e assujeitamento, o que dificulta a elaboração e a simbolização do sofrimento, favorecendo a transmissão transgeracional da violência. Especialmente na experiência de Melissa, ficou evidente a importância do processo de psicoterapia para a elaboração de sua história, corroborando com Padilha e Barbieri (2020), que destacam que esse processo de elaboração psíquica é essencial para que as mulheres possam se apropriar de suas histórias, ressignificando os traumas e rompendo com a transmissão transgeracional.

Entretanto, a pesquisa também expôs as dificuldades desse processo de elaboração. Embora essencial, esse processo pode gerar grande sofrimento, como evidenciado pela experiência de Lavínia, que, ao ser confrontada com as memórias de violência, tem vivenciado uma crise emocional intensa. Este sofrimento está em consonância com a teoria de Rehbein e Chatelard (2013), que afirmam que a transgeracionalidade pode gerar um mal-estar quando os significantes psíquicos não são devidamente elaborados e transitam no campo

do real, sem serem apropriados pelo simbólico. Assim, a elaboração das heranças psíquicas mostra-se como um processo complexo e gradual, exigindo tempo e apoio psicológico adequado para que os sujeitos possam, de fato, transformar as narrativas herdadas.

A partir dos achados desta pesquisa, é possível afirmar que a clínica psicanalítica pode desempenhar um papel significativo na desconstrução dos ciclos de violência, ao possibilitar a simbolização e a elaboração das experiências vividas. Como sugerido por Mandelbaum, Schraiber e d'Oliveira (2016), a psicanálise dará possibilidade à ruptura da transmissão transgeracional da violência, a partir do trabalho de elaboração da experiência. Ao elaborar criticamente, a mulher pode compreender, simbolizar e transformar a sua história, o que possibilita a diferenciação entre o que será transmitido, herdado e adquirido, abrindo espaço para a intergeracionalidade e a criação de novas narrativas familiares. No entanto, como também evidenciado nas falas das participantes, esse processo não é simples e exige um esforço contínuo para que as mudanças se estabeleçam de forma duradoura.

Por fim, sugere-se que estudos futuros aprofundem a análise das estratégias de enfrentamento utilizadas por mulheres em diferentes contextos sociais e culturais, bem como explorem o papel de fatores socioeconômicos na perpetuação ou transformação das heranças psíquicas relacionadas à violência conjugal. Tais investigações poderiam contribuir para o desenvolvimento de intervenções mais eficazes no enfrentamento da violência conjugal e na promoção de mudanças intergeracionais, favorecendo a construção de subjetividades mais saudáveis e livres de traumas herdados.

Referências

- Almeida, M. E. S. (2008). A força do legado transgeracional numa família. *Psicologia: teoria e prática*, 10(2), 215-230.
- Almeida, T. D. (2014). Processo da escolha conjugal sob a perspectiva da psicanálise vincular. *Pensando famílias*, 18(1), 3-18.
- ALONSO, Ângela. Métodos qualitativos de pesquisa: uma introdução. In: ALONSO, Ângela. Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais: Bloco Qualitativo. São Paulo: Sesc/São Paulo, Cebrap, 2016, 8-23.
- ATLAS DA VIOLÊNCIA 2023. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Rio de Janeiro: IPEA, 2023.
- Bardin L. (1977). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições.
- Becker, A. P. S., Tridapalli, A. P. L., & Bolze, S. A. (2021). Violência conjugal: diferentes olhares epistemológicos e práticas psicoterapêuticas. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 16 (3), 1-13.
- BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Lei Maria da Penha. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm> Acesso em: 08 mai. 2024.
- BRUM, Rayssa Reck et al. (2021). Transgeracionalidade e violência: um estudo com mulheres vítimas de relações conjugais violentas. *Revista Psicologia em Pesquisa*, 15 (3), p. 1-28.
- Dias, A. S. F., & Neves, A. S. (2014). A constituição do vínculo conjugal violento: estudo de caso. *Vínculo-Revista do NESME*, 11(1).
- Ferreira, E. D. S., & Danziato, L. J. B. (2019). A violência psicológica na mulher sob a luz da psicanálise: um estudo de caso. *Cadernos de psicanálise (Rio de Janeiro)*, 41(40), 149-168.
- FREITAS, Josiane Ribeiro. (2019). *A transgeracionalidade da violência conjugal e suas influências nas relações familiares*. [Trabalho de Conclusão de Curso]. Centro Universitário Luterano de Palmas, Palmas/TO.
- FREUD, S. Três ensaios sobre a sexualidade [1905]. In: ____ Edição standard brasileira das obras psicológicas completas. Tradução de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1972. v. VII.
- FREUD, S. (2011). O eu e o id, “autobiografia” e outros textos (1923-1925). *São Paulo: Companhia das Letras*, 11.
- FREUD, S. Sexualidade feminina [1931]. In: ____ Edição standard brasileira das obras psicológicas completas. de Jayme Salomão. Rio de Janeiro. Imago, 1972. v. XXI.

- FREUD, S. Novas conferências introdutórias sobre Psicanálise [1932-1933]. In: ____Edição standard brasileira das obras psicológicas completas. Trad. de Jayme Salomão. Rio de Janeiro. Imago, 1972. v. XXII.
- FREUD, S. A feminilidade [1933]. In: ____Edição standard brasileira das obras psicológicas completas. Trad. de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1972. v. XXII.
- GIL, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas.
- Gomes, L. R. S., & Neves, A. S. (2016). A clínica de família: interrogações sobre o traumático, a dinâmica vincular e a violência como organizadores do grupo familiar. *Estilos da Clínica*, 21(1), 152-169.
- Gomes, I. C., & Zanetti, S. A. S. (2009). Transmissão psíquica transgeracional e construção de subjetividade: relato de uma psicoterapia psicanalítica vincular. *Psicologia USP*, 20, 93-108.
- Guazi, T. S. (2021). Diretrizes para o uso de entrevistas semiestruturadas em investigações científicas. *Revista Educação, Pesquisa e Inclusão*, 2.
- Jose, J. N., & dos Santos, K. A. (2021). Violência contra as mulheres: questões do feminino na/para a Psicanálise. *Analytica: Revista de Psicanálise*, 10(19), 1-27.
- Kaës, R. (Org.). (2001). *Transmissão da vida psíquica entre gerações*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- KLEIN, M. Notas sobre alguns mecanismos esquizoides. In: KLEIN, M. Obras Completas de Melanie Klein, v. III. Rio de Janeiro: Imago, 1991. p. 17-43.
- Lima, G. Q. D., & Werlang, B. S. G. (2011). Mulheres que sofrem violência doméstica: contribuições da psicanálise. *Psicologia em Estudo*, 16, 511-520.
- Mandelbaum, B., Schraiber, L. B., & d'Oliveira, A. F. P. (2016). Violência e vida familiar: abordagens psicanalíticas e de gênero. *Saúde e Sociedade*, 25, 422-430.
- MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. (2003). *Fundamentos de metodologia científica*. 5. ed. São Paulo: Editora Atlas.
- Nardi, S. C. D. S., & Benetti, S. P. D. C. (2014). Contribuições psicanalíticas acerca da violência conjugal. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 34, 112-125.
- Nasio, J.D. (1995). Introdução às Obras de Freud, Ferenczi, Groddeck, Klein, Winnicott. Dolto, Lacan. Tradução de Vera Ribeiro, revisão de Marcos Comaru, contribuições de A. M. Arcangioli, M. H. Ledoux, L. Le Vaguerèse, G. Taillandier, B. This e M. C. Thomas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Título original: Introduction aux oeuvres de Freud, Ferenczi, Groddeck, Klein, Winnicott, Dolto, Lacan.
- Padilha, C. R. M., & Barbieri, V. (2020). Transmissão psíquica transgeracional: uma revisão da literatura. *Tempo psicanalítico*, 52(1), 243-270.
- Paiva, M. L. D. S. C. (2009). *A transmissão psíquica e a constituição do vínculo conjugal* (Doctoral dissertation, Universidade de São Paulo).

- Rehbein, M. P., & Chatelard, D. S. (2013). Transgeracionalidade psíquica: uma revisão de literatura. *Fractal: Revista de Psicologia*, 25, 563-583.
- Sanches, M. G. M., & Sei, M. B. (2018). A COMPREENSÃO DA VIOLÊNCIA CONJUGAL NA PERSPECTIVA PSICANALÍTICA: UMA REVISÃO DA LITERATURA. *Revista Brasileira de Sexualidade Humana*, 29(2).
- Santos, A. C. W. D., & Moré, C. L. O. O. (2011). Impacto da violência no sistema familiar de mulheres vítimas de agressão. *Psicologia: Ciência e profissão*, 31, 220-235.
- Sartori, J. E. T., & Ceccarelli, P. R. (2021). A feminilidade (1933): uma "virada subversiva" na teorização freudiana e a elaboração psicanalítica do gênero. *Reverso*, 43(81), 59-66.
- Silva, D. Q. D., & Folberg, M. N. (2008). De Freud a Lacan: as ideias sobre a feminilidade e a sexualidade feminina. *Estudos de psicanálise*, (31), 50-59.
- Souza, C. A. D. (2022). *Sexualidade, feminismos e psicanálise: diálogo entre Freud e Karen Horney*. [Trabalho de Conclusão de Curso, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo]. <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/27718>

Anexos

Anexo 1

Termo de Aceite Institucional e Infraestrutura

Eu, Aurea Chagas Cerqueira, responsável pela pesquisa “**A transgeracionalidade da violência conjugal na percepção de mulheres brasileiras**”, juntamente com a aluna Luiza Pereira Côrtes, solicitamos a autorização para desenvolvê-la nessa instituição, no período de **05/08 a 06/09/2024**. O estudo tem como objetivo investigar a percepção de mulheres acerca dos aspectos relacionados à transgeracionalidade na vivência de contexto de violência conjugal. Será realizado por meio dos seguintes procedimentos: entrevista semiestruturada individual com 3 participantes, selecionadas por conveniência, a partir dos seguintes critérios: que tenham idades entre 25 e 45 anos; que sejam residentes do Distrito Federal; e que estejam vivenciando ou tenham vivenciado, nos últimos 2 anos, violência em seus relacionamentos conjugais.

Declaro que a pesquisa ocorrerá em consonância com as Resoluções CNS nº 466/2012, nº 510/2016 e suas complementares, que regulamentam as diretrizes éticas para as pesquisas que envolvem a participação de seres humanos, ressaltando que a coleta de dados e/ou informações somente será iniciada após a aprovação da pesquisa por parte do Comitê de Ética em Pesquisa do UniCEUB (CEP-UniCEUB), e por parte da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - CONEP, se também houver necessidade.

Pesquisadora responsável: Profa. Me. Aurea Chagas Cerqueira

(61)99986-2105/e-mail: aurea.cerqueira@ceub.edu.br



Documento assinado digitalmente
LUIZA PEREIRA CORTES
Data: 05/06/2024 17:57:48-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Pesquisadora assistente: Luiza Pereira Côrtes

(61) 98344-8484/e-mail: luiza.pereira@sempreceub.com

Eu, Bruna Fonseca da Justa, Diretora do Instituto Umanizzare, venho por meio deste termo, informar que estou ciente e de acordo com as condições necessárias para desenvolver a pesquisa de acordo com as diretrizes e normas éticas.

Brasília-DF 14 de junho de 2024.



Documento assinado digitalmente
BRUNA FONSECA DA JUSTA
Data: 14/06/2024 10:54:11-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

(Bruna Fonseca da Justa/Diretora/Instituto Umanizzare).

Anexo 2

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE

A transgeracionalidade da violência conjugal na percepção de mulheres brasileiras

Instituição do (as) pesquisadores(as): Centro Universitário de Brasília - CEUB

Pesquisador(a) responsável: Professor(a) Orientador - Me. Aurea Chagas Cerqueira

Pesquisador(a) assistente [aluno(a) de graduação]: Luiza Pereira Côrtes – aluna do nono semestre de graduação.

Você está sendo convidado(a) a participar do projeto de pesquisa acima citado. O texto abaixo apresenta todas as informações necessárias sobre o que estamos fazendo. Sua colaboração neste estudo será de muita importância para nós, mas se desistir a qualquer momento, isso não lhe causará prejuízo.

O nome deste documento que você está lendo é Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Antes de decidir se deseja participar (de livre e espontânea vontade), você deverá ler e compreender todo o conteúdo. Ao final, caso decida participar, você será solicitado a assiná-lo e receberá uma cópia dele.

Antes de assinar, faça perguntas sobre tudo o que não tiver entendido bem. A Pesquisadora deste estudo responderá às suas perguntas a qualquer momento (antes, durante e após o estudo).

Natureza e objetivos do estudo

- O objetivo específico deste estudo é conhecer a percepção de mulheres em relação à violência conjugal sofrida ao longo do tempo, investigando possíveis influências familiares, culturais e sociais que contribuem para a perpetuação da violência conjugal em sua história.
- Você está sendo convidado a participar exatamente por ser uma mulher, de idade

entre 25 e 45 anos, residente do Distrito Federal, que está vivenciando ou vivenciou, nos últimos 2 anos, violência em seu relacionamento conjugal.

Procedimentos do estudo

- Sua participação consiste em participar da entrevista semiestruturada relacionada ao tema da pesquisa. Sendo esta entrevista gravada (somente áudio) para melhor avaliação posterior da pesquisadora.
- Não haverá nenhuma outra forma de envolvimento ou comprometimento neste estudo.
- A pesquisa será realizada num período médio de 30 (trinta) minutos a 90 (noventa) minutos.

Riscos e benefícios

- Este estudo possui riscos baixos que são inerentes à pesquisa, tais como: emoção e ansiedade relacionadas a possíveis dificuldades diante das perguntas relacionadas ao fenômeno.
- Medidas preventivas como uma conversa preliminar, pausas ou interrupção serão tomadas durante a entrevista caso haja algum desconforto para minimizar qualquer risco ou incômodo.
- Caso esse procedimento possa gerar algum tipo de constrangimento, você não precisa realizá-lo.
- Considerando os riscos potenciais deste estudo, caso seja necessário, será garantido o direito à assistência (imediata, integral e gratuita) ao participante, devido a danos decorrentes da participação na pesquisa e pelo tempo que for necessário (Resolução CNS no 466 de 2012, itens ii.3.1 e ii.3.2).
- Com sua participação nesta pesquisa você ajudará a adquirir maior compreensão sobre o fenômeno da transgeracionalidade e seus efeitos, além de contribuir para maior conhecimento sobre o tema.

Participação, recusa e direito de se retirar do estudo

- Sua participação é voluntária. Você não terá nenhum prejuízo se não quiser participar.
- Você poderá se retirar desta pesquisa a qualquer momento, bastando para isso entrar em contato com um dos pesquisadores responsáveis.
- Conforme previsto nas normas brasileiras de pesquisa com a participação de seres humanos, você não receberá nenhum tipo de compensação financeira pela sua participação neste estudo.

Confidencialidade

- Seus dados serão manuseados somente pelas pesquisadoras e não será permitido o acesso a outras pessoas.
- Os dados e instrumentos utilizados (como a gravação) ficarão guardados sob a responsabilidade da pesquisadora assistente, Luiza Pereira Côrtes, com a garantia de manutenção do sigilo e da confidencialidade, e arquivados por um período de 5 anos;

após esse tempo serão destruídos.

- Os resultados deste trabalho poderão ser apresentados em encontros ou revistas científicas. Entretanto, ele mostrará apenas os resultados obtidos como um todo, sem revelar seu nome, instituição à qual pertence ou qualquer informação que esteja relacionada com sua privacidade.

Se houver alguma consideração ou dúvida referente aos aspectos éticos da pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário de Brasília – CEP/UniCEUB, que aprovou esta pesquisa, pelo telefone 3966-1511 ou pelo e-mail cep.uniceub@uniceub.br. Também entre em contato para informar ocorrências irregulares ou danosas durante a sua participação no estudo.

Eu, _____ RG _____, após receber a explicação completa dos objetivos do estudo e dos procedimentos envolvidos nesta pesquisa, concordo voluntariamente em fazer parte deste estudo.

Este Termo de Consentimento encontra-se impresso em 02 (duas) vias, sendo que uma cópia será arquivada pela pesquisadora assistente, e a outra será fornecida a(o) senhor(a).

Brasília, ____ de _____ de 2024.

Participante

Me. Aurea Chagas Cerqueira – (61) [99986-2105](tel:99986-2105)/aurea.cerqueira@ceub.edu.br

Pesquisadora responsável

Luiza Pereira Côrtes – (61) [98344-8484](tel:98344-8484)/luiza.pereira@sempreceub.com

Pesquisadora assistente

Endereço dos(as) responsável(eis) pela pesquisa (OBRIGATÓRIO):

Instituição: Centro Universitário de Brasília - CEUB

Endereço: SEPN 707/907

Bairro: Asa Norte

CEP 70790-075

Cidade: Brasília - DF,

Telefone: (61) 3966 -1201

Anexo 3

Parecer Consubstanciado do CEP-CEUB

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE
BRASÍLIA - UNICEUB



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A transgeracionalidade da violência conjugal na percepção de mulheres brasileiras.

Pesquisador: AUREA CHAGAS CERQUEIRA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 80775124.8.0000.0023

Instituição Proponente: Centro Universitário de Brasília - UNICEUB

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 7.007.702

Apresentação do Projeto:

O trabalho "A transgeracionalidade da violência conjugal na percepção de mulheres brasileiras", é uma monografia de conclusão de curso do Curso de Psicologia do Ceub que tem como objetivo investigar a percepção de mulheres acerca dos aspectos relacionados à transgeracionalidade na vivência de contexto de violência conjugal. Partindo de um enfoque metodológico qualitativo, serão realizadas entrevistas individuais semiestruturadas com 3 mulheres, de faixa etária entre 25 e 45 anos, residentes do Distrito Federal, que estejam vivenciando ou tenham vivenciado, nos últimos 2 anos, violência em seus relacionamentos conjugais - violência em seus relacionamentos conjugais, seja de ordem moral, patrimonial, física, psicológica e/ou sexual. As participantes serão selecionadas no Instituto Umanizzare, que tem como característica o acolhimento e atendimento de mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, localizado no Núcleo Bandeirante, em Brasília-DF. A seleção será realizada por conveniência, a partir de interação prévia e aceite da responsável por essa instituição. Cada entrevista terá a duração aproximada de 30 a 90 minutos, e será realizada em uma sala previamente reservada, de forma a garantir a privacidade das entrevistas. Será utilizada a metodologia de análise de conteúdo (Bardin, 1977), para a análise dos resultados.

Objetivo da Pesquisa:

O objetivo geral desta pesquisa é investigar a percepção de mulheres acerca dos aspectos relacionados à transgeracionalidade na vivência de contexto de violência conjugal.

Endereço: SEPN 707/907 - Bloco 6, sala 6.205, 2º andar
Bairro: Setor Universitário **CEP:** 70.790-075
UF: DF **Município:** BRASÍLIA
Telefone: (61)3966-1511 **E-mail:** cep.uniceub@uniceub.br

**CENTRO UNIVERSITÁRIO DE
BRASÍLIA - UNICEUB**



Continuação do Parecer: 7.007.702

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

RISCOS: Este estudo possui riscos baixos que são inerentes à pesquisa, tais como: emoção e ansiedade relacionadas a possíveis dificuldades diante das perguntas relacionadas ao fenômeno. Medidas preventivas como uma conversa preliminar, pausas ou interrupção serão tomadas durante a entrevista caso haja algum desconforto para minimizar qualquer risco ou incômodo. Caso esse procedimento possa gerar algum tipo de constrangimento, a participante não precisa realizá-lo.

BENEFÍCIOS: Com a participação nesta pesquisa, os participantes ajudarão a adquirir maior compreensão sobre o fenômeno da transgeracionalidade e seus efeitos na violência conjugal, além de contribuírem para maior conhecimento sobre o tema.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Devido à natureza do estudo, uma monografia de conclusão de curso do Curso de Psicologia do Ceub que tem como objetivo, investigar a percepção de mulheres acerca dos aspectos relacionados à transgeracionalidade, considera-se a pesquisa com risco mínimo, e os procedimentos metodológicos estão de acordo com os termos éticos. Houve indicação correta das medidas protetivas para o risco apresentado. A pesquisa será custeada pelo próprio pesquisador e foi apresentado um orçamento. A coleta de dados está prevista para iniciar-se em 01 de agosto de 2024 e o encerramento do projeto está previsto para 21 de setembro de 2024.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

- Apresentou a Folha de Rosto devidamente preenchida e assinada.
- Apresentou o Termo de Aceite Institucional devidamente preenchido e assinado.
- O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) foi apresentado de forma parcialmente adequada.

Recomendações:

Ao final da pesquisa deverá ser enviado o Relatório de Finalização da Pesquisa ao CEP. O envio de relatórios deverá ocorrer pela Plataforma Brasil, por meio de notificação de evento. O modelo do relatório encontra-se disponível na página do UniCEUB

http://www.uniceub.br/instituicao/pesquisa/ins030_pesquisacomitebio.aspx, em Relatório de Finalização e Acompanhamento de Pesquisa.

C) GERAL para RESOLUÇÃO CNS 466/12 + pesquisas com material biológico OU estudos clínicos

Endereço: SEPN 707/907 - Bloco 6, sala 6.205, 2º andar

Bairro: Setor Universitário

CEP: 70.790-075

UF: DF

Município: BRASÍLIA

Telefone: (61)3966-1511

E-mail: cep.uniceub@uniceub.br

**CENTRO UNIVERSITÁRIO DE
BRASÍLIA - UNICEUB**



Continuação do Parecer: 7.007.702

- + C.1) para pesquisas com material biológico: Acrescentar antes da observação
- Resolução CNS n. 441/11, referente à análise ética de projetos de pesquisa que envolvam armazenamento de material biológico humano ou uso de material armazenado em pesquisas anteriores.
- + C.2) para estudos clínicos: Acrescentar antes da observação
- Resolução CNS n. 251/97 sobre a análise ética das pesquisas envolvendo novos fármacos, medicamentos, vacinas e testes diagnósticos;
- Resolução CNS 346/05, referente ao trâmite de projetos multicêntricos.

2) PROTOCOLOS PENDENTES

O CEP ressalta que para aprovação do projeto, o/a pesquisador/a deve atender, todas as pendências apontadas no Parecer Consubstanciado. Em caso de dúvida sobre a elaboração das respostas ao que foi solicitado recomenda-se entrar em contato com o CEP-UniCEUB utilizando o e-mail cep.uniceub@uniceub.br. Caso o pesquisador necessite acessar os modelos de documentos disponibilizados pelo CEP, acesse: https://drive.google.com/drive/folders/1EwnqHx_iMxeRyh3mm3hpawll-RyllYFm?usp=drive_link

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O projeto atende os requisitos éticos e a pesquisa está em condições de ser iniciada.

O CEP-UniCEUB ressalta a necessidade de desenvolvimento da pesquisa, de acordo com o protocolo avaliado e aprovado, bem como, atenção às diretrizes éticas nacionais quanto ao às Resoluções nº 446/12 e nº 510/16 CNS/MS concernentes às responsabilidades do pesquisador no desenvolvimento do projeto: A responsabilidade do pesquisador é indelegável e indeclinável e compreende os aspectos éticos e legais, cabendo-lhe:

- I - apresentar o protocolo devidamente instruído ao sistema CEP/Conep, aguardando a decisão de aprovação ética, antes de iniciar a pesquisa, conforme definido em resolução específica de tipificação e gradação de risco;
- II - desenvolver o projeto conforme delineado;
- III - conduzir o processo de Consentimento e de Assentimento Livre e Esclarecido;
- IV - apresentar dados solicitados pelo CEP ou pela Conep a qualquer momento; manter os dados da pesquisa em arquivo, físico ou digital, sob sua guarda e responsabilidade, por um

Endereço: SEPN 707/907 - Bloco 6, sala 6.205, 2º andar
Bairro: Setor Universitário **CEP:** 70.790-075
UF: DF **Município:** BRASÍLIA
Telefone: (61)3966-1511 **E-mail:** cep.uniceub@uniceub.br

**CENTRO UNIVERSITÁRIO DE
BRASÍLIA - UNICEUB**



Continuação do Parecer: 7.007.702

período mínimo de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa;

V - encaminhar os resultados da pesquisa para publicação, com os devidos créditos aos pesquisadores associados e ao pessoal técnico integrante do projeto;

VI - elaborar e apresentar os relatórios parciais e final;

VII - apresentar no relatório final que o projeto foi desenvolvido conforme delineado, justificando, quando ocorridas, a sua mudança, interrupção ou a não publicação dos resultados.

Considerações Finais a critério do CEP:

Protocolo previamente avaliado, com parecer aprovado ad referendum, pela coordenadora do CEP- UniCEUB, em 14 de agosto de 2024.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2366022.pdf	05/08/2024 21:17:21		Aceito
Outros	Carta_de_Envio_de_Pendencias_LUIZA_PEREIRA_CORTES.pdf	05/08/2024 21:15:06	AUREA CHAGAS CERQUEIRA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_de_Monografia_LUIZA_PEREIRA_CORTES_Pendencias.pdf	05/08/2024 21:14:09	AUREA CHAGAS CERQUEIRA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_LUIZA_PEREIRA_CORTES_Pendencias.pdf	05/08/2024 21:13:50	AUREA CHAGAS CERQUEIRA	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto_LUIZA_CORTES.pdf	18/06/2024 23:57:29	AUREA CHAGAS CERQUEIRA	Aceito
Outros	LATTES_Aurea_Chagas_Cerqueira_Mar2024.pdf	18/06/2024 01:33:17	AUREA CHAGAS CERQUEIRA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Termo_de_Aceite_LUIZA_PEREIRA_CORTES.pdf	17/06/2024 20:34:06	AUREA CHAGAS CERQUEIRA	Aceito
Outros	Lattes_LUIZA_PEREIRA_CORTES.pdf	17/06/2024 20:33:40	AUREA CHAGAS CERQUEIRA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: SEPN 707/907 - Bloco 6, sala 6.205, 2º andar
Bairro: Setor Universitário **CEP:** 70.790-075
UF: DF **Município:** BRASÍLIA
Telefone: (61)3966-1511 **E-mail:** cep.uniceub@uniceub.br

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE
BRASÍLIA - UNICEUB



Continuação do Parecer: 7.007.702

BRASILIA, 14 de Agosto de 2024

Assinado por:
Marilia de Queiroz Dias Jacome
(Coordenador(a))

Endereço: SEPN 707/907 - Bloco 6, sala 6.205, 2º andar

Bairro: Setor Universitário

CEP: 70.790-075

UF: DF

Município: BRASILIA

Telefone: (61)3966-1511

E-mail: cep.uniceub@uniceub.br

Apêndice 1

Roteiro de entrevista semiestruturada

Identificação da participante

- Idade
- Ocupação atual

História de vida e infância:

- Me conte um pouco sobre a sua infância
- Como era a sua relação com seus pais durante a infância?
- Como você definiria a relação dos seus pais na infância?
- Com que frequência você presenciou situações de violência durante a sua infância?
- Como você agia diante dessas situações?
- Você sofreu algum tipo de violência nessa época?

Vida atual

- Atualmente você mora com quem?
- Você tem filhos? Quantos? Como é a sua relação com eles?
- Como é a sua relação com a sua família de origem? Você sente que pode contar com eles atualmente?

Histórico de relacionamentos amorosos e da violência

- Você já teve relacionamentos amorosos antes desse? Como eles foram?
- Me conte um pouco sobre a sua história com o autor da violência
- Quando a violência começou no relacionamento?
- Que tipos de violência ocorreram/ocorrem?
- Como você se sentiu nesses momentos? O que você pensou?
- Como você agiu?
- Por quanto tempo você esteve/está nessa situação de violência?
- Quanto tempo de relacionamento você está/esteve com o/a agressor/a?
- Como você percebe esse relacionamento?
- Como essa violência impactou/tem impactado o seu cotidiano?
- Você considera que essa situação tem alguma relação com a sua história de infância?
Com o relacionamento dos seus pais?